



1910-2010

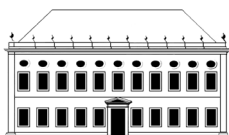
**COMUNICAÇÃO
E EDUCAÇÃO
REPUBLICANAS**

R

Ana Teresa Peixinho
Clara Almeida Santos

COORDENAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)



D O C U M E N T O S

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Email: imprensauc@ci.uc.pt

Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA

Carlos Costa

REVISÃO

Maria da Graça Pericão

ISBN

978-989-26-0106-9

Luís Reis Torgal
Professor Catedrático da FLUC
Coordenador de Investigação do CEIS20

ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA:
JORNALISTA E POLÍTICO DA REPÚBLICA

Em homenagem a Raul Rego, director do jornal República, fundado por António José de Almeida, com quem tive a honra de privar, ouvindo as suas belas memórias e os seus sonhos de Liberdade.

O Presidente da República e os jornalistas

António José de Almeida, o mais carismático presidente da Primeira República, foi eleito pelo Congresso da República (de acordo com a Constituição de 1911), a 6 de Agosto de 1919. O seu opositor era o então ministro em Londres, Manuel Teixeira Gomes, que haveria de suceder-lhe no cargo, em 1923. Nos dois primeiros escrutínios, Almeida teve uma pequena margem, respectivamente, de cinco e de dez votos de vantagem sobre o seu opositor. Só no terceiro obteve 123 votos num total de 167.

Tomava posse, simbolicamente, no dia 5 de Outubro seguinte e Guerra Junqueiro, o seu amigo de sempre, em artigo que publicou no jornal República, que António José fundara, esperava dele “uma força suprema de direcção e harmonia”. Do seu retiro de Barca de Alva, acrescentará:

A crise em que nos debatemos é pavorosa. Ninguém o contesta. Mas o nosso destino, bom ou mau, depende de nós e só de nós. Lustremos as almas covardes e corruptas no fogo santo do sacrifício, nas labaredas ideais do amor à Pátria. Acordemos

as energias heróicas do passado, marchando ovantes para o futuro. No sangue do Povo circula ainda, radiosa e livre, a imortalidade de Portugal!²

14

Eram, pois, ainda de esperança e com um carácter retórico de época, anunciadoras afinal de maus tempos, as palavras do “poeta da República”, cujos versos simples haveriam depois de ser aproveitados pelo Estado Novo em textos pedagógicos e em gritos de vanguarda da direita.

Em 8 de Novembro, praticamente no seu primeiro acto público, dirige-se à imprensa³. Assistiram à recepção o presidente do ministério, coronel Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, o ministro dos Negócios Estrangeiros, João Carlos de Melo Barreto, jornalista e diplomata, e o ministro da Instrução Pública, Joaquim José de Oliveira, formado em Direito e Teologia, combatente da greve académica de 1907, ligado ao Centro Republicano de Braga e ali jornalista. O Presidente tentou captar os periodistas para colaborarem com o governo no “engrandecimento da Pátria”:

Um mundo novo se abre diante de nós. Se soubermos avançar para ele resolutamente, venceremos. Para incutir esta ideia no ânimo do Povo e a estimular no espírito das classes dirigentes, solicito, srs. jornalistas, a vossa decisiva interferência. Deposito uma confiança ilimitada no vosso Patriotismo. Para semelhante efeito, todos, certamente, vos ides entender e harmonizar. Cada um desfraldando o seu pendão político e vincando os processos da sua escola jornalística, mas todos, formando quadrado, ides trabalhar na missão sagrada de engrandecer a Pátria pelo fomento da sua riqueza e pela dignificação do seu ideal patriótico. Nenhum perigo especial nos cerca neste momento. Mas a nação corre o perigo — e esse bem grande — que é comum a todos os povos, que, não compreendendo o significado dos últimos terríveis acontecimentos que ensanguentaram o mundo, se deixarem ficar parados, numa inércia a um tempo imbecil e criminoso.

Tenho uma fé inabalável nas virtudes da raça e nos destinos da Pátria, que é imperecível, mas, srs. jornalistas, cumpro um dever de chefe de Estado e satisfaço um vivo desejo de

² In *República*, 7.10.1919, Apesar de termos percorrido o jornal *República* e outras fontes aqui referidas, para comodidade do leitor, citaremos, sempre que ali se encontre transcrito, a antologia em quatro volumes, publicada em 1933-1934, *Quarenta anos de vida literária e política*: vol. I, Prefácio e notas de Caetano Gonçalves, Lisboa, J. Rodrigues & C.^a, 1933; vol. II, Prefácio e notas de Joaquim de Carvalho, Lisboa, J. Rodrigues & C.^a, 1933; vol. III, Prefácio e notas de Hernâni Cidade, Lisboa, J. Rodrigues & C.^a, 1934; vol. IV, Prefácio e notas de Caetano Gonçalves, Lisboa, J. Rodrigues & C.^a, 1934. passaremos a citar pela sigla QAVLP. Neste caso, vol. IV, p. 59.

³ Discurso de saudação aos jornalistas reunidos no Palácio de Belém em 8 de Novembro de 1919, transcrito in QAVLP, vol. IV, pp. 61-63.

antigo camarada vosso pedindo-vos que alumieis com a vossa inteligência o vasto campo onde encontraremos a felicidade, se o soubermos regar com o suor da nossa frente.⁴

15

A resposta foi dada por Silva Graça, director de *O Século*, que no dia seguinte, num artigo publicado naquele diário, com o título “Aliança”, releveu o carácter patriótico da acção do presidente Almeida e notou criticamente a ausência dos representantes dos jornais monárquicos e “extremistas avançados”. Como se vê, esta nova campanha de “atracção” continuava a não dar frutos nos meios avessos a uma política republicana de unidade.

Depois seguiram-se quatro anos de presidência, a única que completou o mandato constitucional, quatro anos marcados por momentos dramáticos e triunfais. Entre os primeiros recorde-se que, em 15 de Janeiro de 1920, quando foi nomeado para presidente do ministério Francisco Fernandes Costa, do novo Partido Liberal, resultante da fusão do Partido Evolucionista, que António José liderara, e da União Republicana, que fora liderada por Brito Camacho, que se retirara para Moçambique como Alto Comissário, houve um movimento de rua em Lisboa que evitou a tomada de posse. Na verdade, tratava-se do primeiro ministério surgido na presidência de António José de Almeida, dado que o governo de Sá Cardoso, vinha já da presidência anterior, de Canto e Castro. Portanto, as perspectivas artificialmente optimistas de Guerra Junqueiro e do Presidente, aquando da sua tomada de posse, não se consumavam. E o mais dramático estava para vir, pois, na sequência do golpe “radical” de 19 de Outubro de 1921, foi assassinado, para além do presidente do ministério, António Granjo, do Partido Liberal, os “heróis da Rotunda” Machado Santos e Carlos da Maia. António José de Almeida, que chegou a tomar a decisão de se demitir, conseguiu ultrapassar estes momentos trágicos, que foram seguidos pelo jornalismo da época, e, após a pacificação, veio a acompanhar e a apoiar, com o seu entusiasmo, a viagem aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral ao Brasil, que se consumou no dia 17 de Junho de 1922, depois de mudar duas vezes de hidroavião, com a chegada à baía de Guanabara. Finalmente, deu-se a viagem ao Rio de Janeiro do Presidente António José de Almeida, a primeira de chefe de um Estado português ao Brasil independente, viagem que, pelo menos formalmente, selou a amizade entre dois

⁴ *Idem*, p. 63.

povos e entre duas Repúblicas (no Brasil era presidente Epiácio Pessoa, a quem António José se dirigira como deputado, aquando da sua visita a Portugal, em 1919, ainda como presidente eleito mas não empossado), que se verificou em Setembro de 1922, data do centenário da independência do país-irmão.

Foi, pois, uma presidência difícil marcada inclusivamente por actos muito polémicos, como foi a colocação do barrete cardinalício ao núncio papal, Achile Locatelli, em 3 de Janeiro de 1923, que sofreu a contestação tanto de D. Manuel, que considerava ser uma prerrogativa real, como pelos republicanos laicistas como Sebastião Magalhães Lima.

Por outro lado, o panorama político mudara, quer ao nível partidário⁵ quer mesmo ao nível jornalístico. E os periódicos são sempre os instrumentos ideológicos da democracia.

Em Outubro de 1919 o directório do Partido Nacional Republicano sidonista integra-se no Partido Republicano Liberal, em que se fundem o Partido Evolucionista e a União Republicana ou Partido Unionista. Será seu líder António Granjo. Surge, entretanto, o Grupo Parlamentar Popular, ou Partido Popular, de Júlio Martins, onde chegam também evolucionistas que não se quiseram integrar no Partido Liberal. O Partido Republicano Democrático manter-se-á, embora vá atenuando as suas posições, vindo a ter como homem forte o engenheiro António Maria da Silva, que virá a presidir a seis governos (o primeiro iniciar-se-á em 26 de Junho de 1920). O Núcleo da Acção de Reconstituição Nacional, depois Partido Republicano de Reconstituição Nacional, ou simplesmente Partido Reconstituente, sairá do Partido Democrático ou do PRP. Nos inícios de 1923 o Partido Reconstituente e o Partido Liberal irão desaguar no Partido Republicano Nacionalista, que terá como principal líder Álvaro de Castro. Do PRP sairá também a Esquerda Democrática de José Domingos dos Santos. Cunha Leal passará por várias formações partidárias (entre elas o Partido Nacionalista) até que constituirá, já em 1926, um partido que se poderá entender como um mo-

⁵ Ver sobre o tema, para além do gráfico que incluímos no nosso livro citado sobre António José de Almeida, p. 246, o artigo de Ricardo Leite Pinto, “União Liberal Republicana (URL). 1926-1930 (Um partido político na transição da I República para o Salazarismo)”, in *Polis*, n.º 4/5, Julho, Julho – Dezembro, Lisboa, 1995, pp. 131-260, e a obra recente de Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português 1910-1926*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008.

vimento já de tendência desagregadora do regime, embora Cunha Leal venha depois a ser, durante o Estado Novo, um dos históricos da oposição ao regime de Salazar. Trata-se da União Liberal Republicana. Surgem ou reforçam-se, cada vez com maior significado, outras forças políticas, como o Cento Católico Português, a União dos Interesses Económicos, e movimentos de opinião de cariz diferente, como o Integralismo Lusitano, a “Renascença Portuguesa” no Porto e a “Seara Nova”. E, para além do Partido Socialista, de Ramada Curto, e da Federação Maximalista Portuguesa, que dará origem ao Partido Comunista Português, surgirão grupúsculos de direita radical de tipo neo-sidonista, nacional-sindicalista e fascista. Numa lógica fascista projecta-se muito precocemente, a partir de 1919, um movimento nacionalista de que faz parte, entre outros, o filho de Ana de Castro Osório, João de Castro Osório. Vemo-lo a assinar e a divulgar gratuitamente um *Manifesto Nacionalista*.⁶ Reunidos à volta do Partido Nacional Republicano Presidencialista, surgido em 1922, que teve por base o Partido Nacional Republicano (sidonista) e o Partido Republicano Conservador, de Basílio Teles, este grupo esteve envolvido no golpe militar de 8 de Julho de 1922, que originou várias prisões, não morrendo, todavia, depois disso, mas reactivando-se através mesmo de alguns jornais.

Os grandes jornais de referência também vão sofrer evolução e surgirão outros. *A Luta* (do Partido Unionista) deixará de ter uma publicação regular, *O Mundo*, ainda que ligado ao PRP, e, assim, ao Partido Democrático, já não tem a combatividade do tempo em que era seu director França Borges. *O Século* e o *Diário Notícias* tenderão para a influência de grupos económicos poderosos, ficando o primeiro ligado à União dos Interesses Económicos. Também *A Imprensa da Manhã*, ligada ao grupo do empresário Alfredo da Silva, terá um sentido idêntico. O *República* (do Partido Evolucionista) acabará por ser dirigido por António Granjo. Mayer Garção manter-se-á em *A Manhã*. E irá surgir em 1921 o *Diário de Lisboa* em concorrência com *A Capital*, que surgira em 1910. *A Monarquia* será, por pouco tempo, o jornal monárquico de referência, em paralelo com a revista *Nação Portuguesa*, que surge em séries sucessivas⁷. No campo católico, em Coimbra, depois da fase combativa do *Imparcial* surgirão os reflexivos *Estudos*, ligados ao Centro Académico de Democracia

⁶ Cfr. *Manifesto Nacionalista*, Lisboa, Ed. Lusitânia, 1919, *passim*.

⁷ Ver Mário Matos e Lemos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*, Coimbra, Ariadne/CEIS20, 2006.

Cristã (CADC)⁸. Os jornais *O Imparcial* (1922), *Portugal* (1923), *A Ditadura* (1923-1925) e *Ideia Nova* (1923) vão continuar o combate do movimento de direita radical e afirmar assumidamente a existência de um “Partido Fascista Português”. O jovem jornalista Raúl de Carvalho, que fora adjunto da Polícia Preventiva de Sidónio Pais e administrador de concelho, era um dos animadores deste movimento auto-intitulado “Nacionalismo Fascista”⁹. Era este um dos seus nomes — outros eram Acção Nacionalista ou Nacionalismo Lusitano. E, entretanto, João de Castro Osório ia publicando os seus opúsculos, a começar pela brochura *A Revolução Nacionalista* (1922)¹⁰.

No contexto deste panorama, António José de Almeida despede-se da presidência da República, passando a suprema magistratura a Manuel Teixeira Gomes, que nela apenas resistirá pouco mais de um ano, retirando-se para o seu exílio, onde virá a morrer na Argélia.

O seu último discurso como Presidente da República será dirigido, no Palácio de Belém, no dia 1 de Outubro de 1923, em homenagem à Imprensa.¹¹ Procuremos, pois, interpretar as suas palavras e os seus silêncios.

Foi, como dissemos, uma homenagem aos jornalistas (“admirável grémio de homens inteligentes e simples”), porque António José assumia-se como um deles e prometia voltar à sua antiga missão depois de 5 de Outubro de 1923, dia em que abandonaria o mais alto cargo da nação. A eles agradeceu, embora — dizia — nunca lhes tivesse pedido que fossem “favoráveis” aos seus “pontos de vista”, nem tivesse impedido o exercício do seu “direito de crítica”. E recordou não só os periodistas portugueses como os brasileiros.

⁸ Ver João Paulo Avelãs Nunes, Jorge Seabra e António Rafael Amaro, *O C. A. D. C. de Coimbra, a Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo 1905-1934*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993. Há também uma edição posterior da editora Colibri.

⁹ Cfr. “O Fascismo em Portugal? Raul de Carvalho fala ao ‘Imparcial’”, in *O Imparcial*, 26 de Julho de 1923.

¹⁰ *A Revolução Nacionalista*, Editor responsável — o autor, 1922. O livro traz como nome de autor João de Castro.

¹¹ Discurso transcrito in QAVLP, vol. IV, pp. 307-313.

As considerações mais interessantes disseram, porém, respeito, sobretudo, à situação constitucional da República e, no seu contexto, à posição do Chefe de Estado. Segundo ele, a Constituição Portuguesa, como outras que lhe serviram de modelo, estava “inteiramente fora das necessidades e do espírito da nova época que se abriu durante a Grande Guerra”. E refere-se em particular, como dizíamos, a uma “espécie de irresponsabilidade”, por vezes “bem chocante”, que tinha, segundo a Constituição, o Presidente da República. Como dizia, em palavras bem expressivas: “aquela espécie de assexualidade imposta ao Chefe do Estado pela nossa Constituição”. Era a sua justificação política de um presidencialismo ou de um semi-presidencialismo que desejava e a sua justificação pessoal de — como confessava — ter posto o seu nome “sob diplomas, dos quais ao ministro respectivo competia a exclusiva responsabilidade”.

E, numa conjugação de predições, de certezas sombrias e de dúvidas ainda luminosas sobre o futuro e acerca do papel da Imprensa nesse devir, a que prometia vir de novo a associar-se, concluía:

O mundo está passando por uma transformação prodigiosa e vai levado por um grande vento de incerteza e de revolta. Mais do que nunca se pode dizer que quem tentar resistir aos seus movimentos, que trazem em si a força dos cataclismos, será derrubado ou pelo menos brutalmente envolvido por eles. Portugal não pode fugir a esse impulso vertiginoso e fatal. A sua transformação, ou, melhor dizendo, a transfiguração do seu modo de ser político e social, que já se está fazendo bem perceptível, entrará porventura dentro em pouco na sua fase decisiva.

Qual será a intensidade e extensão dessa coisa formidável? Ninguém o pode saber. Só se pode saber que há ainda, entre nós, pedaços do velho mundo que hão-de cair, e grandes pedaços dele que é preciso, a todo o transe, salvar e fortalecer, para que sirvam de base e de amparo ao ideal nacionalista, que visivelmente e a valer está iluminando as nossas consciências e incitando os nossos corações.

Calculo que a nossa crise nacional, à semelhança das crises dos outros povos, vai ter o seu quê de tormentoso e dramático, embora tenha a certeza de que no fim há-de resultar benéfico para a causa da Liberdade e da Ordem. Mas nas perturbações que essa crise há-de trazer e no fragor que vai desencadear, se é preciso que pulsos de bronze a domem e conduzam, é necessário também que uma voz forte, de acento bem patriótico e de timbre bem insuspeito, se faça ouvir, orientando os espíritos e moderando as paixões, para que elas se não transformem em desvario, e estimulando as tibiezas, para que elas se não transmudem em cobardias.

Essa é a voz da Imprensa.
Contemos com ela. Confiemos nela.

20

Por minha parte também contribuirei com o meu pequeno quinhão de esforço para tão formidável cruzada¹².

Os augúrios de António José eram sentidos e verdadeiros. Só que o seu “pequeno quinhão” na “cruzada jornalística” foi demasiadamente pequeno. Nessa altura, a sua doença agravava-se mais e mais. Mas, não podia nem queria vislumbrar o final da sua vida, que duraria apenas mais cerca de seis anos. Não queria... em 1923, como não queria... em 1929. A esperança parece tê-lo acompanhado até ao fim. E talvez tivesse também mantido a esperança que o tal nacionalismo e a necessidade de ordem para que se sentia atraído não se transmudassem numa forma de autoritarismo, como, na verdade, veio a acontecer.

Estudante e médico jornalista

Começámos, pois, pelo fim. O início é cheio de um jornalismo activo e combatente, a começar, como se sabe, no famoso artigo “Bragança, o último”, publicado no número-programa do jornal *Ultimatum*, de 23 de Março de 1890, na sequência dos protestos nacionalistas do *Ultimatum* inglês.

O pretexto é a “irresponsabilidade” do rei considerada no artigo 72º da Carta Constitucional. Dentro da lógica das imunidades políticas que as constituições conferem, afirmava-se ali que a “Pessoa do Rei” era “inviolável e sagrada”, não estando “sujeito a Responsabilidade alguma”. Se o rei era “irresponsável” seria “um animal”, concluía ironicamente o jovem António José. Um boi, um gato, um camelo ou um orango? Achava que não, referindo-se em especial a essa espécie de símio: “Aquele macaco, para nós, discípulos de Darwin, está mais próximo do homem e el-rei está muito longe, está muito, mesmo muito afastado; separa-o de nós além da sua irresponsabilidade, o abismo imensurável da sua inviolabilidade sagrada.” Perante esta dúvida, que teria o próprio Lineu, conclui que o melhor seria não tentar mais: “Alguém

¹² *Idem*, pp. 310-312.

o classificará um dia e a ciência dar-se-á por satisfeita.” O que é preciso é “que a revolução se faça”. Mas o rei “não pode ser morto”. O melhor será “metê-lo numa das gaiolas centrais do Jardim Zoológico”. E concluía com uma dura ironia:

E então os jornais, depois de anunciarem que no Jardim Zoológico há música às quintas e domingos, dirão, subindo ao mais alto furo do *reclame*, que acaba de para lá entrar o último animal de Bragança¹³.

Este texto extremista de juventude levou-o à prisão durante três meses e transformou-o em Coimbra, num verdadeiro “herói republicano”. Pequenos jornais continuaram a contar com os seus artigos de combate desde *O Raio*, que dirigiu, ao *Alarme* e à *Azagaia*. Como se vê, todas estas folhas têm um título combativo e estavam ligadas a Pedro Cardoso e à Tipografia Operária, que foram igualmente responsáveis pelo jornal *Ultimatum*. Por sua vez, colaborou ainda n’ *O Defensor do Povo*, dirigido pelo republicano socialista Heliodoro Salgado, cujo discurso fúnebre proferiu, como fez outros discursos a personalidades significativas, como José Falcão ou a simples anónimos republicanos. Eram, pois, textos de combate aqueles que saíam da pena de António José de Almeida, inseridos em periódicos de combate. O mesmo sucedeu com o libelo contra a Universidade e a Faculdade de Medicina que teve já honras de livro, com duas edições sucessivas, em 1895 e 1896: *Desafronta (história d’uma perseguição)*¹⁴.

A saída para S. Tomé, onde foi médico durante sete anos, não o afastou das lides políticas, sendo inclusivamente apresentado como candidato republicano por Coimbra. Mas o jornalismo foi a sua grande paixão. No jornal *Resistência*, de Coimbra, deixou-nos uma crítica à colonização portuguesa em África, depois de ter conversado, em Luanda, com um velho colono angolano¹⁵. Já em S. Tomé fez a crítica à organização hospitalar da capital¹⁶. E ainda enviou ao jornal de Lisboa *O País*, por altura da sua morte,

¹³ Ver *Ultimatum*, 23 de Março de 1890.

¹⁴ *Desaffronta. (historia d’uma perseguição)*, Coimbra, Livraria Moderna de A. Oliveira, 1895 (2.ª edição: 1896)

¹⁵ “Da África”, *Resistencia*, 25.10.1896.

¹⁶ “De S. Tomé”, *Resistencia*, 17.3.1898.

um artigo sobre Sousa Martins, que conhecera em Lisboa antes de partir para terras africanas¹⁷.

22

Mas será depois da sua vinda de S. Tomé — mais tarde dirá que foi essa sua experiência de “médico de pretos e de brancos” que o formou como político¹⁸ — que reiniciará a sua vida de político e de jornalista, mesmo ainda na sua ausência de Portugal. Com efeito, após sete anos em África, segue para a Europa além-pirenaica, destino científico, cultural e de lazer de todo o intelectual e de todo o político português. Passará pela Itália, pela Alemanha e por França, onde deve ter estagiado num hospital, provavelmente no âmbito das “doenças dos países quentes”, em cuja especialidade abrirá escritório em Lisboa, primeiro na rua do Ouro e depois no Chiado. Partirá em Agosto de 1903 e regressará em Fevereiro ou Março de 1904.

Em 21 de Novembro de 1903 publicará no jornal *O Mundo* o artigo denominado “Partido Republicano”, que será também publicado no jornal de Coimbra, ao qual se mantém fiel, *Resistência*, de 26 desse mês. O artigo é um verdadeiro toque de clarim incitando o PRP a lutar pela República. A imprensa — escreve nele — deve “fazer uma campanha harmónica e disciplinada, que seja uma incitação permanente”¹⁹. “Há uma terra, onde a reacção política, de mãos dadas com a reacção clerical, é teimosa, arbitraria e insolente? Convém mandar-lhe um tribuno cuja palavra, cheia de imprevisto e de rasgo, estabeleça o combate com denodo empolgante [...] Há uma localidade onde a alma nacional está convertida, mas desalentada? É preciso enviar-lhe um agitador de palavra nervosa e quente, que sacuda as convicções paralisadas e erga os espíritos adormecidos [...] A par dos jornalistas, que propaguem, e dos oradores, que evangelizem e defendam a ideia, é indispensável mobilizar, e ao mesmo tempo,

¹⁷ “Sousa Martins”, *O País*, 11.10.1897.

¹⁸ “Fui médico de pretos, esses pobres isolados, vivendo constantemente na nostalgia do seu sertão, do qual não tinham saído voluntariamente; fui médico dos europeus que lá iam à procura de fortuna e que, tantas vezes, morreram no meio da mais abominável desgraça; fui médico, ainda, de outra espécie de infelizes, mais desgraçados talvez que estes, — aqueles que, levando para lá um sonho de prosperidade e de fortuna, no mesmo momento em que o alcançaram, sucumbiram, deixando longe o espectro da família que esperava por eles”. (Discurso na Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, em 22 de Setembro de 1922, e QAVLP, vol. IV, pp. 263-264; ver também este discurso e todos os discursos do Brasil in Luís Derouet, *Duas Pátrias. O que foi a visita do Sr. Dr. António José d’Almeida ao Brasil. Colectânea de impressões e notas de “reporter”*... Lisboa, Sociedade Editora “O Mundo” / Tip. da Imprensa Nacional, 1923).

¹⁹ “Partido Republicano”, *O Mundo*, 21.11.1903, e *Resistência*, 26.11.1903, transcrito in QAVLP, vol. I, p. 79 ss (cfr. p. 80).

pelo país, os organizadores [...]”²⁰. É necessário um “cofre de subsídio e socorro” para “proteger os que forem perseguidos e atenuar o sacrifício dos que forem vitimados”²¹. É fundamental “energia” mas “prudência”, intransigência mas tolerância: “Nós queremos uma República larga e equitativa, sem represálias nem vindictas, não para um partido mas para a Nação. Queremos ressuscitar a Liberdade, já morta, estabelecer a Igualdade, salvar o património colonial, restaurar a Fazenda Pública, fazer um amplo regime de moralidade, resgatar, pela educação, a alma do povo e redimir uns poucos anos de História [...] E a pátria ressurgirá!”²².

Este grito de alerta foi, portanto, escrito de Paris, tendo como inspiração a estátua de Danton. E António José de Almeida depois de a descrever termina:

Do pedestal foram eliminados os dizeres graves e pausados, que são de uso nas homenagens oficiais, quase sempre tardias e nem sempre sentidas.

De definir o herói entendeu-se que só ele era capaz e, por isso, lhe puseram, nas faces do bloco que sustenta a estátua, estas duas sentenças, que tanto se salientaram na sua conculsa eloquência:

—Para vencer os inimigos da Pátria é preciso audácia, mais audácia, e sempre audácia
— A primeira necessidade do povo, depois do pão, é a educação.

Entre estes dois conselhos, quanto a mim, se deve encerrar toda a tática do Partido Republicano Português. Somente ele se deve lembrar que, para educar o povo, não é lícito esperar pelo seu advento ao poder, porque, se a educação do povo é um fim, ela não deixa também de ser um meio, e que a audácia, sem deixar de ser audácia, é muitas vezes a fórmula suprema da prudência²³.

E, em Fevereiro de 1904, também de Paris, envia a João de Meneses, colega de Universidade formado em Direito, como ele no mesmo ano de 1895, e então director do jornal republicano de Lisboa, *O Debate*, uma missiva que foi tornada carta-aberta, pela sua publicação no periódico no dia 24 do mesmo mês. Nela António José declara ao seu companheiro de luta que pode servir de intermediário de uma sua de-

²⁰ *Idem*, in QAVLP, vol. cit., p. 81.

²¹ Cfr. *idem*, pp. 81-82.

²² *Idem*, pp. 84-85. Cfr. também pp. 82-84.

²³ *Idem*, p. 86.

claração pública: poderia dizer ao “Povo de Lisboa” que estava com ele “nos seus protestos, nos seus intuitos e nas suas esperanças”²⁴.

O jornalista e o político revolucionário da propaganda republicana

Nas suas andanças por Lisboa, António José de Almeida irá progressivamente abandonar a sua profissão de médico e tornar-se cada vez mais político e jornalista revolucionário.

O discurso fúnebre a Rafael Bordalo Pinheiro, no cemitério dos Prazeres, em 24 de Janeiro de 1905, marca o início da sua carreira de orador republicano na capital, em comícios, nos congressos do PRP, em celebrações diversas, no parlamento, para que foi eleito deputado, pelo círculo oriental de Lisboa, com Afonso Costa, sendo eleitos pelo círculo ocidental João de Meneses e Alexandre Braga, em 19 de Agosto de 1906. Em 5 de Abril de 1908 foram eleitos sete deputados republicanos: Afonso Costa e António José de Almeida pelo círculo oriental de Lisboa, e Alexandre Braga e João de Meneses pelo círculo ocidental, Manuel de Brito Camacho por Beja e, por Setúbal, Estêvão de Vasconcelos e Feio Terenas. E, nas vésperas da República, 28 de Agosto de 1910, catorze (dez por Lisboa: Afonso Costa, Alexandre Braga, Alfredo Magalhães, António José de Almeida, António Luís Gomes, Bernardino Machado, Cândido dos Reis, João de Meneses, Teófilo Braga e Miguel Bombarda; três por Setúbal: António Aurélio da Costa Ferreira, Estêvão de Vasconcelos e Feio Terenas; e um por Beja: Brito Camacho).

António José de Almeida gostava, sobretudo, de falar ao povo, de que se orgulhava de ser originário — disse enfaticamente que saiu “do rio vermelho do povo”²⁵ —, mas nunca deixou também de escrever, de escrever como falava, mantendo-se, pois, como um jornalista polémico.

²⁴ “A João de Meneses”, *O Debate*, 24.2.1904, transcrito in QAVLP, vol. I, pp. 87-90.

²⁵ Discurso proferido no Congresso Nacional, na sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados, em 20 de Setembro de 1922, in QAVLP, vol. IV, p. 236.

Um facto importante para a sensibilidade dos republicanos ocorreu em 1905. No mês de Outubro, o Presidente Emille Loubet visita Portugal. Tal facto originou grandes manifestações populares de cunho republicano e discursos inflamados dos seus militantes de elite²⁶, que António José de Almeida comentou num artigo publicado, em Janeiro seguinte, no jornal *A Luta*, tendo como tema a reformulação estratégica do Partido Republicano, ou melhor, a sua direcção no sentido do combate:

Deve considerar-se passado o tempo da declamação. Sendo preciso, sempre, instruir, educar, evangelizar, chegou o momento de fazer mais alguma coisa.

É bom ter em vista que, em todo o tempo, é ocasião de esclarecer os cérebros, mas não esquecer que bateu o minuto implacável em que é preciso sacudir as almas...²⁷

Em 18 de Maio de 1907, os jornalistas de *O Mundo*, França Borges, como director, e Artur Leitão, amigo pessoal e colega de António José de Almeida, como redactor, foram julgados no tribunal colectivo da Boa Hora, por abuso de liberdade de imprensa. Entre as testemunhas estava António José. Fazendo a reportagem da audiência, *O Mundo* relatou o seu depoimento, o que levou, por sua vez, Almeida à barra do tribunal, como réu. Por esse texto concluíam-se que António José de Almeida defendera Artur Leitão por, indirectamente, chamar “ladrão” a D. Carlos: se o próprio Governo admitia como “ilegais” os “adiantamentos à Casa Real”, facilmente se concluíam, genericamente, como fizera o jornalista de *O Mundo*, que, na verdade, “Quem rouba o Estado é ladrão”. Nesta altura, ainda aproveitou para se referir, de forma assumidamente insultuosa, a João Franco e à sua lei sobre a Imprensa, desta forma expressiva, que levou à admoestação do juiz, Miguel Horta e Costa:

[...] Bem se vê que a lei infame foi feita de propósito para apunhalar a liberdade. Hedionda, degradante lei! Com ela o sr. João Franco abateu a pátria portuguesa, para uma craveira inferior à de Marrocos. De facto o sr. João Franco nem para governar rifeiros²⁸ se mostra competente. A sua acção política degrada, amesquinha, avilta a civilização do nosso tempo. Se este povo em véspera, aliás, de uma ressurreição, não estivesse no abati-

²⁶ Manuel de Arriaga, *À França da Revolução e ao seu legítimo e digno representante Mr. Loubet*. Lisboa, 10/10/1905, 8 pp. Texto existente no espólio de Manuel de Arriaga, cit. in Joana Gaspar de Freitas, *Bibliografia de Manuel de Arriaga*. Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2003, p. 19.

²⁷ “Partido Republicano”, *A Lucta*, 14.1.1906, in QAVLP, vol. I, p. 111-116; cfr. pp. 115-116.

²⁸ “Rifeiros” – relativo a Rife (Marrocos).

mento secular em que se encontra, já há muito que o estadista desastrado teria sido executado na praça pública.

O Juiz — Tenho a prevenir a testemunha de que não posso permitir a menor palavra injuriosa para o sr. presidente do conselho, ou para quem quer que seja.

A testemunha — Perfeitamente. E eu não tenho empenho em dar a v. ex.^a o desgosto de me mandar autuar. Mas também não posso deixar de dizer a verdade toda, e por completo a hei-de dizer.

Esta lei miserável condena as frases ambíguas, as alusões, as alegorias. Quer dizer, ela vai jesuiticamente, com uma cobardia sem par, condenar as intenções de cada um. Por exemplo: Se a testemunha ali dissesse, — o que não diz — por não ser verdade, — que o rei de Portugal era um homem de bem, logo o rei iracundo o meteria em processo, porque tais palavras na boca de um revolucionário, era sinal certo de uma injúria, que, sem exteriorização, apenas ficava vibrando na consciência dele testemunha²⁹.

Com este discurso, entre a expressão clara e a expressão irónica, António José de Almeida atingia assim João Franco e D. Carlos. E, no final, haveria mesmo, em pleno tribunal, de clamar pela Revolução:

Não! A Liberdade há-de vencer, por mais que contra ela se conspire na sombra criminosa das Necessidades.

E o sr. João Franco há-de tombar do poder apupado, como para o exílio há-de marchar o seu cúmplice, o rei de Portugal.

O juiz mais uma vez advertiu a testemunha, mas ela tinha o seu depoimento terminado³⁰.

António José de Almeida ia, pois, ser julgado em 17 de Julho de 1907 por este episódio. Em carta-aberta, datada do dia anterior, ao seu defensor, Manuel de Arriaga³¹, que voltava a apoiá-lo depois do julgamento de Coimbra, dezassete anos antes, conta todo o episódio e confirma que o relato de *O Mundo* correspondia essencialmente à verdade e fora por ele próprio fornecido à redacção do jornal. E o motivo desta confirmação resultava do facto de o ministro da Justiça se ter intrometido no caso,

²⁹ Transcrição in QAVLP, vol. II, p. 200.

³⁰ *Idem*, p. 201.

³¹ *Situação clara: carta aberta ao cidadão Manuel d'Arriaga*. Lisboa, A. J. de Almeida, 1907. Transcrita in QAVLP, vol. II, p. 175 ss.

embora o Juiz Horta e Costa quisesse generosamente declinar a responsabilidade de António José de Almeida, afirmando que o que ele dissera no tribunal não correspondia ao que *O Mundo* escrevera. Foi o próprio António José que procurou o juiz para lhe confirmar a notícia do periódico republicano.

Como se vê, o próprio tribunal passou a funcionar como *forum* da oposição republicana. E os jornais atacavam de forma inaudita a ditadura e o rei. João Franco reforçou ainda mais a lei de imprensa, permitindo que os governadores civis suspendessem os periódicos prevaricadores. *O Mundo* acabou por ser suspenso por um mês, por apresentar na sua primeira página do dia 23 de Junho o título “A tirania dos Ladrões — Oprimir para roubar” .

Finalmente, só para se ver o alcance da propaganda republicana, de forma directa ou indirecta, através do jornalismo, recorde-se a entrevista que António José deu ao periódico parisiense *Le Matin*. Pouco antes da queda do franquismo, fora D. Carlos a dar uma entrevista a um periódico francês. Os republicanos faziam agora a sua propaganda para o estrangeiro. Teriam de explicar que a queda do franquismo e a morte do rei não fariam parar o avanço da República, porque ela era uma aspiração essencialmente popular. O seu essencial objectivo seria agora desmistificar a nova “monarquia nova” (pensando que este era o conceito chave do franquismo) ou a nova “monarquia velha” (supondo que se voltaria ao antigo “rotativismo”):

On pourrait supposer que la proclamation du nouveau roi viendrait mettre obstacle à la marche des idées qui nous sont chères, ou, au moins, en ternir l'éclat. Illusion!

Le roi Carlos était, en effet, un roi «providentiel» pour la république.

Son nom, c'était tout un programme de maladresse politique et d'inconscience morale. Lui et Franco ont donné à la marche de l'idée républicaine une impulsion vertigineuse.

Ces deux hommes disparus, “liquidés”, deux de nos principaux arguments contre la monarchie disparaissent avec eux. A ce point de vue, il est hors de doute qu'ils font défaut.

N'importe! La monarchie, qui est inconciliable avec les idées du peuple portugais depuis des siècles, l'est maintenant définitivement.

Un miracle ne sauverait pas la monarchie. Mettez Saint François d'Assise sur le trône et la révolution viendra quand même³².

28

Portanto, o jornalismo, o comício, o debate parlamentar, completavam-se e uniam-se todos num sentimento de revolta ou de revolução. Por isso na véspera do 5 de Outubro de 1910, ou seja durante o ano que precedeu o movimento em que esteve envolvido, através do PRP, mas também da Maçonaria e da Carbonária, António José de Almeida decidiu editar o seu próprio periódico, que é mais uma revista do que um jornal, que intitulou, à boa maneira do nacionalismo republicano *Alma Nacional*.

O jornalismo nacionalista republicano e a *Alma Nacional*

O nacionalismo republicano de António José de Almeida é uma das características mais evidentes da imagem que pretende apresentar de si próprio e que acabou por ficar gravada nos seus contemporâneos.

Começemos por anotar que quando, em 1907, se iniciou na Maçonaria, na loja *Montanha*, n.º 214, de Lisboa, adoptou o nome não de um revolucionário, de um cientista ou de um filósofo, como nos parece mais comum, mas o nome de uma figura histórica, bem portuguesa, Álvaro Vaz de Almada, Conde de Avranches, um dos companheiros do Infante D. Pedro, morto com ele em Alfarrobeira. Um seu inicial correligionário, Alberto Veiga Simões³³, haveria de dedicar ao “Infante das Sete Partidas”, considerado como símbolo da “Liberdade” e do “Progresso”, numa linha europeia, um estudo de referência.

Por isso, e pelo que temos analisado, não nos custa compreender que tenha escolhido para o título da revista, que passou a dirigir a partir de 10 de Fevereiro de 1910, *Alma Nacional*. Curiosamente — esta observação tem mesmo apenas o sentido de “uma curiosidade”, pois estamos agora a falar de um outro tipo de nacionalismo,

³² Entrevista publicada pelo jornal *Le Matin*, em 17.2.1908, transcrita in QAVLP, vol. II, pp. 211-217; cfr. p. 214.

³³ Vide Lina Madeira - *Alberto da Veiga Simões. Esboço Biográfico*. Coimbra, Quarteto, 2002.

bem diferente — a primeira revista do Integralismo Lusitano, editada na Bélgica, chamar-se-á *Alma Lusitana*.

Alma Nacional tinha como sede da Redacção o rés-do-chão do prédio nº 36 da rua da Emenda: “Hoje escrevo de cima de quatro tábuas de pinho numa sala que pomposamente se intitula redacção. Amanhã, — quem sabe? — terei de escrever do cárcere ou do exílio, porque, por mais que nos chamem pedantes, quando falamos na cadeia que nos espera, é certo que não há homem revoltado em Portugal que, a estas horas, não traga iminente sobre a espádua uma mão de polícia.”³⁴ “Revista republicana e de publicação semanal — saía às 5.^{as} feiras e sempre se publicou rigorosamente em cada semana, até ao seu termo — era quase toda ela organizada por António José de Almeida, o “Director”, tendo como colaboradores graciosos alguns dos mais famosos republicanos da época. Assim, só para citar alguns exemplos mais conhecidos de várias gerações, escreveram para ali os seus artigos Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Basílio Teles, Miguel Bombarda, João de Freitas, Aurélio da Costa Ferreira, Raul Proença, Tomás da Fonseca, Leão Azedo, António Ferrão, Aquilino Ribeiro, Belizário Pimenta. Almeida assinava sempre um dos artigos, para além certamente de a autoria dos pequenos comentários e de ser, sem dúvida, o redactor de uma rubrica intitulada “Por esses mundos”, que é firmada com o pseudónimo de *Álvaro Vaz*, ou seja, o seu nome de código na Maçonaria. Ainda contou com a colaboração — em duas caricaturas³⁵ — do famoso desenhador Francisco Valença e do artista de Coimbra António Augusto Gonçalves, na maqueta da capa. O desenho desta pretende — segundo diz António José de Almeida, no editorial da apresentação da revista — caracterizar, melhor que as palavras (utiliza como ponto de partida uma das *Cartas de M. Scevola*, de Garrett, de 1830), a “alma nacional”:

É certo. Os portugueses são assim, como diz Garrett: sofredores, pacientes, resignados. Mas, no meio da trágica resignação do seu sofrer, é visível a indómita rebeldia do seu carácter. São morosos na insurreição, mas, no momento supremo, quando a medida se enche, não há dique que se oponha ao extravasar da sua cólera.

³⁴ “Alma Nacional”, in *Alma Nacional*. Revista Republicana. Lisboa, n.º 1, 10.2.1910, p. 3.

³⁵ “A situação política. O herdeiro do Throno”, in *Alma Nacional*, n.º 10, de 14.4.1910, entre as pp. 152 e 153, e “A missa negra. Por alma de Herculano, nos «Jeronymos»”, in *Alma Nacional*, n.º 12, 28 de Abril de 1910, entre as pp. 184-185.

Edgar Quinet percebeu, num relance de génio, essa fibra tenaz que vibra como uma corda de bronze na nossa alma.

Mais precisos, mais justos, mais eloquentes do que as palavras de Garrett são os traços revoltados com que o grande artista António Augusto Gonçalves ilustrou a capa deste jornal.

Naqueles braços musculosos, jungidos por urna cadeia, há toda a verdade de quem é tenaz para sofrer e o é também para se revoltar.

A alma nacional materializada, em carne e osso, está ali naquele torso indomável, naqueles braços distendidos por um ímpeto secular, naqueles pulsos arrojados pela algema, como dizia Garrett, mas que uma persistência invencível cada vez acumula mais de força e de furor para poderem rebentar as argolas que os prendem.

Esse desenho parece uma página de Steinlen. Das suas linhas se evoca toda a amargura de uma raça vencida e se apreende, na sua palpitação sagrada, a ânsia de resgate e libertação que, nesta hora derradeira, é a esperança final da nossa vida.

Todo o pavoroso duelo do régimen e da Nação está ali: de um lado a corrente que a opressão lentamente forjou em séculos de tirania cobarde, do outro os braços ainda belos e potentes da Pátria, — os mesmos que, no dizer do cronista, enlearam montanhas de cordame no tombadilho das naus, — retesos e crispados no tentâmen de partir a prisão.

Só falta uma coisa que o desenho não pôde reproduzir: o grito lancinante, estrangulado, que se solta de todas as gargantas em rebelião, animando a vítima para que não sucumba à tortura do seu verdugo, para que empregue um último esforço que lhe transforme os pulsos de escravo em braços de cidadão liberto³⁶.

E, depois de caracterizar assim a “alma nacional”, António José de Almeida explica a lógica do título do “jornal”, revelando também o sentido “internacionalista” do seu nacionalismo, do “nacionalismo republicano”, e voltando a apresentar uma ideia não violenta de revolução, própria da sua concepção romântica, que sempre lhe serviu de bandeira:

Por isso este jornal se chama assim.

Ele vai ser, por intermédio dos homens ilustres que o hão de colaborar, um dos legítimos representantes do espírito nacional.

³⁶ “Alma Nacional”, in *Alma Nacional*. Revista Republicana. Lisboa, n.º 1, 10.2.1910, pp. 1-2.

Órgão de um patriota, o seu título é expressivo. Órgão de um homem de ideias avançadas, o título não é descabido, porque amar a nação não significa egoísmo junto dos povos alheios. Pelo contrário, a alma nacional portuguesa foi sempre internacionalista, como o mostrou na sua aventura sobre os mares, abrindo caminho para a civilização dos outros e, mais tarde, assimilando, sem reserva, o espírito de progresso que dos outros povos lhe veio.

De resto as edições internacionais, que a *Alma Nacional* vai dar, são ainda uma aspiração para a difusão do seu sentimento patriótico no sentimento geral da humanidade.

O que a *Alma Nacional* sobretudo vai ser é um jornal humano. De orientação revolucionária, revolução para ela não quer dizer morticínio, destruição. A vida do homem é uma coisa sagrada que só em combate leal, e ainda assim bem lamentavelmente, pelo atraso em que nos achamos, se pode tirar. Arrancá-la à vítima domada e vencida é crime ou alucinação. E a revolução, necessidade dolorosa da época retardada em que vamos, só é respeitável se for clemente³⁷.

Na capa, para além do desenho de Gonçalves, ali vemos a afirmação de Danton que lhe inspirou a sua estátua em Paris. Dali tirou um dos textos, que se encontram na parte lateral do monumento e que havia sido proferido no seu discurso de 13 de Agosto de 1793 na Convenção:

Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo.

E de José Estêvão — que tanto admirou, porque, como ele, era um orador espontâneo e combativo — transcreveu a sua “Profissão de fé política”, afirmada na sessão parlamentar de 5 de Abril de 1837:

Quando uma convicção sincera e profunda se apodera do homem, e a sua língua se não presta a manifestá-la, ou essa língua não é desse homem, ou ele é dotado duma prudência cem mil vezes mais perigosa, que a mais ilimitada fraqueza.

Por isso, a palavra de António José de Almeida queria expressar-se, porque ela — no seu entendimento — era a voz de “uma convicção sincera e profunda”. O “jornal”, publicado à sua custa, era uma “aventura romântica”, mais uma da sua vida política, que se prolongava desde os tempos de Coimbra: “Viverá este jornal muito ou pouco? Não sei também, nem isso me preocupa, certo como estou de que ele, desaparecendo

³⁷ *Idem*, p. 2.

inesperadamente da vida, não ficará a dever nada a ninguém.” E continuava: “Na vida dos homens que lutam com sinceridade e com fé, não há desgostos, nem cansaços, nem desenganos, nem desilusões. E, na minha vida modesta de batalhador, essa qualidade nítida ressalta da uniforme e banal aparência: — a qualidade de saber recomeçar”³⁸.

E foi isso que sucedeu, na verdade, com António José de Almeida, pesem embora as “desilusões” ou, afinal, as aparentes desilusões que a vida política lhe haveria de reservar depois da República implantada, “desilusões” para que ele próprio teria também contribuído. Mas... por enquanto, durante a vida do seu “jornal”, que não durou um dia mas meses, vai terçando armas pelos seus ideais.

Um mês depois do dia do centenário do nascimento de Herculano, 28 de Abril, dedica-lhe algumas páginas. Considera-o como modelo, “síntese de uma geração de rebeldes”, “incorruptível”, zurzidor da “canalha” e amado pelo povo. E troça, ao mesmo tempo, pelo traço de Valença, das manifestações que o regime lhe dedicara, em mais um “centenário” oficial³⁹.

Por outro lado, lamenta, noutro artigo, o destino de José Luciano de Castro, do Partido Progressista, a quem chama ironicamente “o dominador da política portuguesa”, “o árbitro supremo dos destinos dos cidadãos”. Ele chegou a apoiar João Franco e, depois da morte do rei, “foi o governante de facto”. Por isso previa o seu fim: “O sr. José Luciano não tem um fim de vida invejável. Morre coberto de ódios. O caminho da sua sepultura será juncado de rancores, dos mesmos rancores que a sua mão insensata semeou pela vida fora.”⁴⁰ E, na verdade, António José procurará valer a José Luciano em tempos de aflição, logo após a implantação da República.

Curiosamente, não deixa de manifestar admiração por Paiva Couceiro, que lhe oferecera um livro sobre Angola — o “Ultramar” constituía uma das paixões de

³⁸ *Idem*, p. 3.

³⁹ “Centenários”, *Alma Nacional*, n.º 12, 28.4.1910, pp. 177-180. In QAVLP, vol. II, pp. 267-272. Alexandre Herculano nasceu em Lisboa em 28 de Março de 1810, celebrando-se, pois, em 1910 o centenário.

⁴⁰ “Expiação”, *Alma Nacional*, n.º 14, 12.5.1910, pp. 220-222; cfr. p. 222. In QAVLP, vol. II, pp. 275-281.

Almeida — e a quem apelida de “valente, inteligente e honrado”, “bem intencionado”, e que considera tão “nobre combatente” como “um péssimo político e um mau administrador da política social”⁴¹. Afinal Couceiro e os monárquicos haveriam de criar-lhe inúmeros problemas, não só pelo espírito de revolta que ousaram manifestar durante a República, mas também pelas consequências do espírito de tolerância que com eles quis ter, com reprovação dos seus correligionários.

Não se deixou iludir pelo “gesto real” de simpatia que o jovem rei D. Manuel havia tido com um jornalista republicano de *O Mundo*. Dentro da lógica bipolar do tempo, não pôde deixar de salientar que havia uma incompatibilidade política, mesmo um “ódio”, entre republicanos e monárquicos: o rei era o “senhor absoluto, face à constituição, do exército, da armada e do povo”, era “o grande amigo dos clericais e dos reaccionários”, senhor de uma máquina que persegue os defensores da República; do outro lado, estava “o republicano”, “bom, simples, saído do povo, sem municipal que o defenda nem polícia que o guarde, não tendo quem lhe faça justiça nem lhe dê razão”, “o republicano socialista que quer um novo regime para a distribuição de riqueza”, “o republicano revolucionário que está pronto a dar a vida para salvar a pátria”... Mas, mesmo assim, fala dos monárquicos como podendo futuramente abrigar-se “à sombra acolhedora das novas instituições” republicanas, enquanto o rei terá de “ser exilado na hora da República se proclamar”⁴².

Refere-se à diplomacia republicana — problema que se pusera no congresso do Porto, de 29 e 30 de Abril de 1910, dominado pelo receio da não aceitação da República por parte dos países estrangeiros —, afirmando a necessidade de estabelecer relações secretas ou públicas com as diversas nações. A missão ao Brasil seria a mais importante, porque ela é “uma Pátria irmã”, porque os emigrantes portugueses que ali estão são sobretudo do Norte de Portugal, menos republicano que o Sul, e porque no Brasil seria fácil proclamar as ideias da República através da eloquência e pelos “combates da oratória”⁴³.

⁴¹ “Angola”, *Alma Nacional*, n.º 17, 2.6.1910, pp. 266-269. In QAVLP, vol. II, pp. 285-293.

⁴² “O gesto real”, *Alma Nacional*, n.º 21, 30.6.1910, pp. 330-333. In QAVLP, vol. II, pp. 295-303.

⁴³ “Diplomacia Republicana”, *Alma Nacional*, n.º 23, 14.7.1910, pp. 364-366. In QAVLP, vol. II, pp. 305-311.

E, claro está, incita os republicanos a participarem activamente na campanha eleitoral que se avizinhava⁴⁴, da qual saíram eleitos catorze deputados. Isso passar-se-á em finais de Agosto. Em princípios de Setembro — ainda não se conheciam bem os resultados das eleições — atacará o governo e Teixeira de Sousa, o seu primeiro ministro⁴⁵, que, naturalmente, cairá com o regime (virá depois a escrever um grosso livro para se justificar⁴⁶). Nesse número 31 da *Alma Nacional*, de 8 de Setembro, Teixeira de Queirós afirmava em artigo de fundo, “A Democracia avança”, que a Democracia e a República eram realidades próximas⁴⁷, e o colaborador A. Matos Silveira profetizava (e também em parte se interrogava sobre as suas consequências) a concretização da prática violenta e do sindicalismo revolucionário de Sorel⁴⁸, que será mais tarde — aparente contradição — um dos inspiradores da luta fascista.

Entretanto preparava-se o golpe de misericórdia contra a Monarquia. Depois de cinco governos cumpridos após o regicídio, quando (conforme se disse) presidia ao ministério, desde 5 de Junho de 1910, o médico António Teixeira de Sousa, líder do velho Partido Regenerador, dava-se a revolução republicana de 4-5 de Outubro de 1910, 3.^a feira e 4.^a feira. A revista *Alma Nacional* é ainda publicada na 5.^a feira anterior, 29 de Setembro. António José de Almeida lançara as suas imprecações habituais contra o governo, num artigo intitulado sintomaticamente “Liberalões de bôrra”, considerando que os falsos liberais tinham então à frente — volta a manifestar essa opinião — “um reaccionário e um incompetente”⁴⁹. Criticava a amnistia que por ele então fora concedida a vários sectores revolucionários, entre eles os jornalistas, mas que deixara de fora os “homens das associações secretas”, nomeadamente da Carbonária. E lançava para ar o último recado revolucionário:

O partido republicano chegou à maioria e seria ridículo estar a pregar-lhe conselhos.

⁴⁴ “A postos”, *Alma Nacional*, n.º 25, 28.7.1910, pp. 395-398. In QAVLP, vol. II, pp. 313-319.

⁴⁵ “Se elle fosse capaz...”, *Alma Nacional*, n.º 31, 8.9.1910, pp. 493-495. In QAVLP, vol. II, pp. 323-329.

⁴⁶ António Teixeira de Sousa – *Para a História da Revolução*. 2 volumes. Coimbra, Moura Marques & Paraísos, s.d.

⁴⁷ “A Democracia avança”, idem, pp. 481-482.

⁴⁸ “Waldeck-Rousseau ou Sorel?”, idem, pp. 489-492.

⁴⁹ “Liberalões de bôrra”, *Alma Nacional*, n.º 34, 29.9.1910, pp. 539-542.

Quando muito será conveniente incitá-lo. E isso faço-o eu no sentido de fazer pagar caro ao sr. Teixeira de Sousa o desprante com que deixou abandonados, às fúrias de uma justiça de arrocho, os homens das associações secretas⁵⁰.

E... eram os homens da Maçonaria e das “lojas”, da Carbonária, das “choças” e da “alta venda” que, essencialmente, conspiravam contra a Monarquia e que tiveram um papel importante na sua queda. Assim terminava o governo da dinastia de Bragança, embarcando a família real para Inglaterra.

E agora a República...?

Ministro, deputado e jornalista da *República*

Logo nomeado ministro do Interior do Governo Provisório de Teófilo Braga, António José de Almeida iniciará uma actividade politica em várias frentes, de acordo, de resto, com as várias áreas que faziam parte da acção deste magno ministério, sucedâneo afinal do ministério do Reino da Monarquia. Surge então a legislação sobre a polícia e sobre a Guarda Nacional Republicana, então criada, leis eleitorais (muito discutidas), leis sobre o trabalho, como o descanso semanal, leis sobre a assistência médica e os hospitais, leis sobre os pelouros artístico e científico e sobre as questões da instrução pública, desde a escola primária à universidade. Para além de uma significativa reforma do ensino primário, com o aumento de vencimentos aos mestres-escola e a licença de parto por dois meses às professoras, são criadas, a partir de escolas superiores já existentes, as Universidades de Lisboa e do Porto, para além da Universidade de Coimbra ter sofrido profundas reformas, procurando laicizar-se o seu ensino e os seus costumes.

Em 15 de Janeiro de 1911, em plena posse do ministério do Interior, António José funda o jornal *República* que se tornará, nesta altura, o órgão de defesa das suas posições ministeriais. Em editorial do jornal, do próprio dia em que a lei da reforma do ensino primário foi publicada (30 de Março de 1911), concretiza os princípios

⁵⁰ *Idem*, p. 542.

fundamentais do republicanismo nesta matéria e nele deixa esta frase de síntese e de marcado sentimentalismo acerca da reforma do ensino infantil e primário:

36

Esta lei é, sobretudo, um apostolado. Todos os bons princípios de liberdade encontram nos seus artigos um culto que não é ilusório. A independência do município, base da liberdade antiga, que tanta conquista popular cimentou, e óvulo da liberdade futura que a Revolução fecundou; a autonomia do professor, a sua dignificação, o seu respeito que o hão-de arvorar no grande educador cívico das gerações que despontam, substituindo-o com a sua moral cívica ao padre que se estiola à sombra da moral católica; a afirmação desse direito, hoje indiscutível para os estados democráticos, de intervir directamente na educação da mocidade com o fim de fazer cidadãos, — tudo isso encontra, aqui e além, mais clara ou mais implicitamente, agasalho e atenção⁵¹.

Foi, todavia, uma lei polémica que levantou contra o ministro João de Barros e João de Deus Ramos, que haviam inicialmente estudado a reforma a levar a efeito. Mais polémica foi, porém, a publicação da lei eleitoral, em Março de 1911. O objectivo desta vez era neutralizar a acção dos caciques locais. Todavia, tal legislação originou um vasto protesto, que ia da direita à esquerda radical, chamando “traidor” a António José de Almeida e acusando-o, inclusivamente, de pretender que fossem eleitos deputados monárquicos — “quarenta deputados monárquicos que fizessem a sua política”. Mesmo *O Mundo*, então representativo do pensar da unidade do Partido Republicano, não escondia inicialmente a sua desaprovação, embora a pouco e pouco fosse alterando a sua linguagem.

António José, em artigo do seu jornal *República*, de 17 de Março de 1911, intitulado significativamente “O traidor!”, defendia-se das críticas que lhe eram dirigidas, procurando explicar minuciosamente o processo que levava à redacção do decreto, em que haviam participado várias forças republicanas e várias instâncias administrativas.

Era o momento da argumentação retórica de António José de Almeida, que, como sempre, surgia em tempo decisivo. Aqui está esse passo mais representativo do seu discurso jornalístico, onde ironicamente argumenta contra os radicalistas republicanos ou, no seu dizer, os “pseudo-radicalistas”:

⁵¹ Editorial de *República*, 30.3.1911, transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 53-57; cfr. o passo transcrito na p. 55. A referida colectânea transcreve igualmente o relatório que precedeu o decreto de 29 de Março de 1911 — pp. 57-64.

Aí está a minha traição!

Bem negra é ela na verdade, e bem merece que para mim se peça a lapidação na praça pública, ou que esse pseudo-radicalismo, pior que todos os autoritarismos, me amarre, para exemplo, e escarmente, à cauda do seu cavalo de guerra. Eu que, durante quatro meses, trabalhei uma lei que declarei questão aberta, que meio mundo alterou, emendou, esfarrapou; eu que, em nome de princípios, perfilhei ideias e opiniões que nem sempre eram as minhas, sou na verdade um traidor, sou efectivamente um pulha, que quis retalhar na túnica da Pátria quarenta diplomas de deputado, para capacho dos meus pés na arena das Constituintes! Sim, sou um canalha que se vendeu ao inimigo e que negociou todo o seu passado de homem liberto, por quarenta consócios de veniaga, para a missão de chumbar novamente ao tornozelo do meu país a grilheta da ignomínia!

Traidores são mais cinco ministros, que, depois de contrapesarem com judiciosa cautela os interesses da liberdade, votaram pelos círculos plurinominais. Traidores são quinze governadores civis que, esclarecidos por um extenuante e meritório trabalho de organização e propaganda pelos seus distritos, votaram pelos círculos plurinominais. Traidores são os representantes da junta consultiva, do directório, das comissões distrital, municipal e paroquial de Lisboa, compostas por correligionários do mais alto prestígio e da mais provada dedicação, que votaram pelos círculos plurinominais.

Mas, sobretudo, eles o dizem, o traidor sou eu. Sim, sou eu, e devo sê-lo, porque apaguei a minha própria personalidade neste lance, com o intuito de bem servir a pátria, que recalquei, por vezes, as minhas próprias opiniões, que andei por toda a parte mendigando pareceres, que bati a muita porta no melhor espírito de conciliação, que quis finalmente juntar os homens e fundir os espíritos, para que o velho e glorioso partido republicano fosse, ao menos, até às Constituintes unido e forte⁵².

Mas, estas críticas a António José de Almeida já se prolongavam desde praticamente o dia da implantação da República. Dado o seu alegado espírito de tolerância, propôs-se (como se aludiu) defender os seus adversários monárquicos. E, se o discurso proferido em 16 de Outubro, nos funerais nacionais do contra-almirante Cândido dos Reis e de Miguel Bombarda, tiveram como uma das notas mais salientes o apelo à concórdia, o mesmo tipo de palavras surge, de forma mais elaborada, no artigo-programa do jornal *República*, publicado no número 1, de 15 de Janeiro, e intitulado sintomaticamente “Paz”. Aí defende, pois, o que ficou conhecido pela “política da atracção”:

⁵² *Artigo cit., República*, 17.3.1911; transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 48-49.

Somos 6 milhões de portugueses.

Quantos serão os republicanos históricos, militantes e activos? Não sei, mas são relativamente poucos em comparação com aquela massa de cidadãos.

O que é então essa massa? A maior parte é constituída por homens neutros que nunca tiveram política, homens de trabalho e de ordem que praticaram o erro lamentável de se afastarem sistematicamente da vida cívica do país, mas que não são maldosos, nem menos presadores da sua pátria, nem corrompidos na sua consciência. São criaturas de espírito manso e estagnado que só despertam às vibrações que lhes vêm de fora, sem força própria para agirem na independência de caracteres combativos.

É preciso trazê-los para a vida colectiva, interessá-los no debate político, fazer que eles sejam pelo sentimento o que já são pela inteligência: cidadãos. Eles constituirão o grande curso de aprendiz de direito novo, de que nós, os republicanos históricos, continuamos a ser leccionistas atentos e imprescindíveis. Precisamos de nos conciliar com eles na afoitada certeza de que o seu contacto não é prejudicial para a República, antes lhe é indispensável para que se alargue o âmbito, já formidável, da sua acção resgatadora...⁵³

Em 3 de Setembro de 1911 terminava o governo provisório. Cerca de um mês antes, António José de Almeida escrevia um editorial, “De pé no estribo”, com um título e um discurso bem significativos⁵⁴. Afirmava, com um certo optimismo, revendo-se na acção do governo provisório, que a situação do país era boa, do ponto de vista político. Todavia, não apagava as suas preocupações e admitia que ela poderia alterar-se de um momento para o outro. Por isso, entendia que deveria ser frontal: “Mas a hora é grave e não se pode estar à espera do bater de um minuto, quando o minuto que precede exige que se fale claro.” — afirmava. E quando se refere à composição do novo governo, não deixa de afirmar que o presidente da República eleito não deve “somente inspirar-se nas correntes da Assembleia Constituinte”, mas “deve guiar-se sobretudo pelas opiniões do país”. A sua desconfiança em relação aos políticos da capital aumentava e, como sempre fizera, virava-se para... “o país”, para “o povo”, que fora desde o início da sua militância — que ele entendia como “dedicação”, mas que os seus novos adversários consideravam (segundo o seu próprio testemunho) “ingenuidade” — o motor do seu discurso. E asseverava, em relação ao novo ministério: “O que se torna preciso é um grupo de homens, republicanos de raiz, inteligentes, sensatos, moderados, honrados e enérgicos, que façam administra-

⁵³ *Artigo cit., República*, 15.1.1911; transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 13-14.

⁵⁴ *Artigo cit., República*, 6.9.1911; transcrito in QAVLP, vol. III, p. 89 ss..

ção pública a valer, que defendam a república sem defraudar as liberdades populares, que fomentem a riqueza pública, olhem para a defesa nacional e estabeleçam toda a harmonia possível entre tantos portugueses desavindos. Assim a república, em meia dúzia de meses ficará firme como uma torre de bronze num solo de granito”.⁵⁵ Sempre a ideia de “harmonia” e de “moderação”, de “apaziguamento” e de “pacificação”, que o tribuno opunha ao “combate” e à “guerra”, que já ia vendo por todo o lado e, ainda, a esperança da união dos republicanos — “é preciso conservar-se o partido republicano unido”, afirmava —, sentimento que cada vez mais o ia abandonando.

Terminava pois, um governo que tivera uma actividade legislativa nunca alcançada por outro governo republicano — 2148 diplomas legislativos, segundo o cômputo de Oliveira Marques⁵⁶. Alguns que foram para sempre celebrados, como os que saíram da pena de António José Almeida sobre as questões da Instrução Pública, outros — mas sobretudo um deles — que foram considerados os pomos da discórdia, de que se destaca, naturalmente, a célebre “Lei de Separação do Estado das Igrejas” que tem a data de 20 de Abril de 1911.

Antes disso começara, porém, a luta entre a Igreja e o Estado. O bispo missionário, então na diocese do Porto, D. António Barroso, escreveu, em 24 de Dezembro de 1910, uma pastoral, que mandou ler aos párocos da sua circunscrição, na qual tomou uma posição dura contra a política religiosa da República. O bispo foi demitido, embora com uma pensão vitalícia. Em 9 de Março de 1911, António José de Almeida escrevia um artigo no seu jornal⁵⁷, no qual justificava a posição do governo, criticando D. António Barroso do ponto de vista político — “uma das mil cabeças da hidra revolucionária”, “cabeça irreflectida de um reaccionário” —, mas louvando-o do ponto de vista moral noutras ocasiões da sua vida, a sua vida missionária: “a cabeça nobre que, entre os ocás e palmeiras, pregou a fama heróica e pacífica de uma pátria imortal”, “a figura mais grave, mais honrada e nobre que tinha o clero português”.

⁵⁵ *Idem*, pp. 91-92.

⁵⁶ Cfr. A. H. Oliveira Marques - *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*. Porto, Figueirinhas-Iniciativas Editoriais, 1978, p. 432.

⁵⁷ “Bispo do Porto”, *República*, 9.3.1911; transcrito in QAVLP, vol. III, p. 37 ss.

Marcava, assim, António José a distinção entre a Igreja e o Estado, entre a religião como fé e a religião como acção política. Era esta que queria atacar, como todos os republicanos laicistas, os quais queriam garantir à sociedade uma posição de neutralidade religiosa e exigir à Igreja uma posição de neutralidade política, entendendo por esta a neutralidade em relação à política republicana. Cordato nos seus discursos, oscilava também entre a ideia da tolerância pessoal e a afirmação da “luta institucional” aos inimigos da República, de que o clero era uma das parte mais visíveis:

Fiéis, padres, bispos, ó crentes, se é que sois e quando sois, guardai e exercei as vossas crenças, porque a República não vo-las ofende nem magoa. Antes vo-las respeitará e defenderá. Mas no dia em que quiserdes pôr o pé sobre o pescoço da sociedade civil, vereis então que esse pé impenitente nem sequer vos servirá para fugir, porque, quando cairdes em vós da audácia, já a justiça implacável vos terá empolgado⁵⁸.

Desta forma, o ministro do Interior justificava assim a lei de 7 de Março de 1911, publicada dois dias antes do artigo do jornal *República*, que impedia que o papa e os bispos — nomeadamente no plano missionário, em que poderiam agir directamente sem que o Estado fosse ouvido — interviessem no campo da pastoral. António José estava, pois, ainda, com a política de Afonso Costa. Mas — como veremos — os dois afastar-se-ão e a “lei de separação” também dividirá as posições dos dois correligionários que desde Coimbra faziam juntos a caminhada política. Outros motivos, de ordem pessoal e partidária, surgirão ainda para dividir estes dois republicanos, ambos beirões por nascimento. O fim do governo provisório marcará, afinal, o fim da concórdia e o princípio de uma separação que, por vezes, assume a forma de uma oposição frontal e violenta. Só em momento grave da vida nacional e internacional — em tempo de guerra — voltarão a encontrar-se. Mas, por pouco tempo e numa união instável, apesar de se ter chamado a essa ligação “União Sagrada”.

A votação da Constituição com grandes aplausos poderia parecer revelar ainda a unidade da República. Mas tal já não sucedia. E a luta pela eleição do Presidente, iniciada já antes dessa votação, iria dividir as facções.

⁵⁸ *Idem*, pp. 41-42.

Os grupos de António José de Almeida e de Brito Camacho, concentrados à volta dos jornais *A República* e *A Luta*, voltam-se para Manuel de Arriaga, enquanto o grupo de Afonso Costa e de *O Mundo* opta por Bernardino Machado. Os partidários de Machado Santos e de *O Intransigente* procuram fazer vencer Basílio Teles. Também se perfilava como candidato Sebastião de Magalhães Lima, que acaba por retirar, contrariado, a sua candidatura, que talvez – no caso de haver ainda hipóteses de alguma unidade — obtivesse um certo consenso. No dia 24 de Agosto verifica-se a eleição, tendo sido escolhido Manuel de Arriaga. O “Bloco” — como ficara conhecida a coligação entre António José e Camacho — conseguiu vencer o primeiro grande embate da República.

Mas as dificuldades começavam ou agudizavam-se. No início de Setembro de 1911 toma posse o primeiro governo constitucional, que permanecerá só até aos primeiros dias de Novembro. Apenas três meses. A vitória do “Bloco” vai perder-se na rua, na polémica jornalística, nas incursões monárquicas, nas alegadas consequências da política de “atração” e de amnistia e nas sequelas da “adesivagem” (nome segundo parece inventado por Brito Camacho para classificar os oportunistas da República⁵⁹), nos comícios republicanos e no congresso do próprio PRP, partido onde muitos tinham lutado, como era o caso de António José de Almeida.

António José de Almeida apoiou com a sua pena algumas medidas do governo. Destaca-se, pelo seu significado, um artigo do jornal *República*⁶⁰ em louvor de duas portarias do ministro da Justiça, Diogo Leote, que, na sequência da “lei de separação”, recomendava que, ao proceder-se ao arrolamento dos bens da Igreja, não se maltratassem nem se desrespeitassem os símbolos religiosos, nem se ofendessem as legítimas susceptibilidades dos crentes.

É, com efeito, um discurso de tolerância e de distinção entre o que considerava, por um lado, a “separação do Estado das Igrejas”, marcada pela justa supremacia do poder civil e pelo registo civil obrigatório, em luta contra a “religião como liturgia”, a “reação religiosa”, o “clericalismo como religião”, o “jesuitismo como crença”, e,

⁵⁹ Cfr. Rocha Martins - *Portugal dos nossos dias. Vermelhos, brancos e azuis. Homens de Estado, homens de armas, homens de letras*, vol. II, p. 340.

⁶⁰ “Está bem”, *República*, 15.9.1911; transcrito in QAVLP, vol. III, p. 95 ss.

por outro lado, a religião sentida pela “alma colectiva” do povo, que se deveria respeitar. Era a noção alemã do *Volks*, da “alma colectiva”, e a teoria das multidões de Le Bon, em que António José de Almeida bebia, embora menos filosoficamente do que como uma ética e uma prática política. A religião era, para ele, afinal, um sentimento de justiça que adquiria uma certa forma e que era menos necessário destruir do que orientar. Vale a pena ler o texto de António José, que revela também como o Positivismo ia sendo posto em causa por uma “lógica de sentimento”:

O livre-pensador Bombarda perguntava um dia: “Estando a desabar as velhas religiões, que religião nova se estará gerando no seio da humanidade que há-de vir?”

Era caso para lhe dizer que o que está derruindo são apenas as formas transitórias das religiões, e não há necessidade de gerar outra nova, porque a religião dos povos é sempre uma e a mesma: — a crença cega, absorvente e dominadora num bem que procura alcançar-se por processos que não se conhecem e ainda menos se determinam.

Ser cristão, esperando as indemnizações do céu para as iniquidades da terra, ou ser socialista das escolas mais avançadas, esperando encontrar na terra reparação para todas as desigualdades da vida — são aspectos diferentes da mesma ânsia de bem-estar, que é, no fundo, o motor, que jamais pára ou descansa, de todas as religiões.

Sendo assim, o homem, o governo, o regímen que queiram arrancar, pela violência, da alma do povo uma dada forma religiosa, não fazem mais do que cometer uma insensatez, que não conseguirá extirpar a crença e deixará em sangue a mão ousada que tal cometer.

As formas religiosas variáveis e modificáveis, só variam e se modificam criando-lhe a atmosfera propícia à mutação, — ensinando, instruindo, doutrinando.

[...]

Instruamos, doutrinemos, ensinemos a verdade, ergamos a ciência cada vez mais alta no seu altar inviolável, mas por pudor, por decoro, por decência moral e por conveniência política, não vamos, com mão bárbara, estorcegar, na alma das gentes simples, a planta, produto de uma velhíssima herança ancestral, que lá representa a continuação da vida psicológica que liga as gerações e tem unido os homens.

Cuidado. Não façamos tal, porque, nesse caso, a nossa mão de livres pensadores, querendo assassinar a crença, não seria menos cobarde do que a mão dos antigos inquisidores quando impunha, pelo fogo, a mesma crença...⁶¹

⁶¹ *Idem*, pp. 98-100.

Posições deste tipo contrariavam, obviamente, os sentimentos de políticos radicais e de uma multidão cidadina ávida de violências anticlericais. E isso tornava-se mais evidente quando essas posições se desdobravam em defesa da amnistia.

O Presidente Arriaga, depois do governo democrático de Afonso Costa, um dos mais longos (9 de Janeiro de 1913 a 9 de Fevereiro de 1914) ia procurando criar um governo de “concentração”, enquanto os democráticos procuravam liderar o processo político.

O governo de Bernardino Machado, nomeado em 9 de Fevereiro de 1914, como extra-partidário, apesar de ter três ministros democráticos, que se comprometeram a governar fora das influências do partido, levou a efeito a discussão de dois temas candentes: a amnistia e a “lei de separação”. A amnistia, de que António José fora sempre o paladino, foi aprovada em 21 de Fevereiro de 1914 pelo Congresso. A discussão da “lei de separação” iniciou-se em 10 de Março de 1914. A lei — como dissemos atrás — havia sido assinada pelos três líderes republicanos e por isso nenhum deles ousou considerar que ela não era necessária à República, mas entenderam sim que ela deveria ser revista, como de resto o afirmava, apontando já para a sua apreciação na Assembleia Constituinte, o seu artigo 195º. Deste modo todos os políticos influentes deram o seu voto favorável à aprovação da lei na generalidade, enviando António José de Almeida para a mesa da Assembleia uma proposta de 17 pontos sobre os quais haveria de incidir o processo de revisão. Concluindo: tudo ficou na mesma, ou seja, a lei foi aprovada, não chegando a ser discutida na especialidade.

Foi durante o governo de Bernardino Machado — como veremos, o primeiro de dois — que se deu o caso mais grave nas relações entre António José de Almeida e Afonso Costa, os dois grandes companheiros de luta, há muito desavindos. O processo vem na sequência da crise surgida depois de Março: três cidadãos, entre eles o Engenheiro António Maria da Silva, solicitaram a concessão da exploração das quedas de água do Tejo em Vila Velha do Ródão, o que lhes foi atribuído pelo governo em 28 desse mês. Tal decreto colidiria com o artigo 21.º da Constituição que proibia qualquer deputado ou senador de “ser concessionário, contratador ou sócio de firmas contratadoras de concessões, arrematações ou empreitadas de obras públicas e operações financeiras com o Estado”, sob pena da “perda do mandato e anulação dos

actos e contratos nele referidos”. O caso foi levantado na Câmara de Deputados e classificado pela oposição, ali e nos jornais, como “mais um escândalo do Partido Democrático” (a que pertencia António Maria da Silva).

Neste contexto, Alfredo Pimenta, então do Partido Evolucionista, escrevera no jornal *República*, de António José de Almeida, de que era principal redactor, o artigo “O partido dos escândalos”. António José que, como director, dava ampla autonomia ao redactor, não lera o artigo antes da publicação, mas mostrou-se solidário com Alfredo Pimenta. O certo é que Afonso Costa, através de Álvaro de Castro e de Álvaro Poppe, desafiou António José de Almeida para um duelo. O caso ficou conhecido por algumas peças então publicadas no jornal *República*, por outras que foram inseridas no *Mundo* (15 de Junho de 1914) e que foram reunidas num folheto de António José de Almeida então muito divulgado, intitulado *Uma pendência célebre*⁶².

O mais interessante do artigo, para melhor conhecer a personalidade de António José de Almeida, é a sua posição de princípio contra o duelo — orgulha-se mesmo de ser “o chefe em Portugal” da “escola anti-duelista” — através de palavras bem significativas. Ainda — segundo afirmava — transigiu com os duelos no tempo da Monarquia, dando assistência a vários republicanos, entre eles Afonso Costa, apoiando medicamente os contendores ou, através do diálogo, tentando evitar que os dualistas se batessem. Todavia, no tempo da República, António José de Almeida havia, como ministro do Interior, criado os “tribunais de Honra” e proibido os duelos: “Era necessário acabar com o duelo, restos de uma doutrina cesarista, aristocrática e religiosa, derivada do juízo de Deus e portanto imprópria de uma democracia, e já de todas as democracias banida, com excepção da França que é ainda, como se sabe, uma aristocracia pretensiosa”⁶³.

Confio na opinião do meu país. Tenho a certeza de que ela me fará justiça. E junto dela vou, levando por único advogado e patrono a consciência colectiva da minha pátria. Ela saberá pleitear por mim. Mais tarde a História, que não falha nos seus julgamentos implacáveis, julgará também. E tenho já a certeza de que a História,

⁶² *Uma pendência celebre*, Lisboa, Livraria Ventura Abrantes, 1914.

⁶³ *Artigo cit. in lug. cit.*, p. 138.

sentenciando, espalhará sobre a minha memória um pouco de consideração e de carinho e, sobre a cova dos três, a condenação fulminante para um, e para os outros dois o desdém e o escárnio!⁶⁴

Com este triste episódio duelista chegamos ao fim do primeiro governo de Bernardino Machado. O professor da Faculdade de Filosofia acaba por pedir a demissão, embora António Maria da Silva não tenha perdido o mandato. A comissão de verificação de poderes da Câmara de Deputados, onde dominavam os democráticos, por quatro contra três votos considerou que não havia motivo para tal. O seu governo durara apenas pouco mais de quatro meses. Mas, na verdade, ia continuar, remodelado e com carácter mais extra-partidário, como desejara o presidente Arriaga. Mas também não se prolongará por muito tempo. Iniciado em 23 de Junho de 1914 só se mantém em exercício até ao fim do ano, 12 de Dezembro — menos de cinco meses. Ou seja, os dois governos “independentes” de Machado não duraram um ano.

Tendo terminado o mandato dos deputados, a Câmara não podia reunir. Por isso, o governo quase iniciou a sua actividade com a marcação de eleições. O decreto é de 31 de Julho e as eleições ficaram marcadas para 1 de Novembro seguinte. Pretendia-se reorganizar os círculos eleitorais e, como era costume, os partidos evolucionista, unionista e os seguidores de Machado Santos, bem como os “libertários” independentes, acusavam o governo de pretender favorecer o Partido Democrático. A situação vai, no entanto, agravar-se por outros motivos. Em 28 de Julho inicia-se a guerra. O Congresso volta a reunir-se de emergência em 7 de Agosto e manifesta o seu apoio ao aliado inglês. Preparam-se expedições a Angola e a Moçambique, mas entretanto as forças alemãs vão atacar o nosso território africano, primeiro em Moçambique e depois em Angola. No país, a situação ainda vai piorar, com a revolta monárquica de 20 de Outubro, em Mafra, que se estende também a Trás-os-Montes. Pouco durou este novo intento realista, mas a situação de crise nacional e internacional era evidente, mesmo antes deste movimento restauracionista. Assim, por decreto de 19 de Setembro de 1914, as eleições são adiadas *sine die*. Na sequência de todo este processo reúne-se de novo o Congresso, em 23 de Novembro, para autorizar o poder executivo a intervir militarmente, quando e como fosse mais conveniente.

⁶⁴ *Idem*, pp. 143-144.

António José de Almeida iniciará então a sua vasta campanha a favor da intervenção de Portugal na guerra ao lado dos aliados. Daí surgirá, mais tarde, a “União Sagrada”. Antes, porém, vejamos como se comporta perante as crises políticas que se avizinham.

Neste ano já encontramos António José de Almeida a incitar o país a entrar na guerra ao lado da Inglaterra e... em nome dos princípios da República. Em 20 de Outubro, como atrás se disse, surgiu mais uma insurreição monárquica, a partir de Mafra e de Trás-os-Montes. Começava a explorar-se, do lado germanófilo, o sentimento de que Portugal não deveria hostilizar a Alemanha e demagogicamente — no dizer do próprio líder evolucionista — “apelava-se para as lágrimas das mães, apondo-lhes os filhos varados pelas balas alemãs na carnificina da guerra” e “apelava-se para o soldado português, pregando-lhe aos ouvidos, dia e noite, que ele era a vítima desgraçada de miseráveis ambições de homens públicos portugueses, caminhando, mal armado e mal municiado, para os morticínios da guerra”. Contra esta insurreição e contra este antiguerrismo considerado hipócrita, erguia António José de Almeida, no editorial do *República* de 22 de Outubro de 1914, de que extratámos os passos anteriores, o grito de “Viva a República!” e a afirmação clara e sem rodeios de que “os soldados portugueses devem ir bater-se ao lado da Inglaterra, visto que ela, à sombra de tratados e ajustes, reclamou o nosso concurso militar”⁶⁵.

As intervenções sucedem-se, cada vez com maior clareza de intenções. Em 1 de Novembro, no artigo “Latinismo”⁶⁶, António José justifica, por uma questão de disciplina e devido aos “tempos excepcionais” de guerra, a censura prévia às reportagens e notícias dos jornais sobre o conflito, embora não aos artigos de opinião, medida que, efectivamente, foi tomada. Aproveitou então para falar do “vício” português de opinar a propósito de tudo, como se “as nossas opiniões” fossem “verdades indubitáveis” e “sentenças sem apelação”. Mas, não era só um “vício” português — afirmava — mas era “inerente, em grau maior ou menor, a todos os povos da raça latina”. Daí que não houvesse entre eles a “conjugação de vontades”, diluindo-se tudo “num reboiço de vaidade, numa sarabanda de invejas feridas ou mesquinhas e miseráveis”. Era um olhar amargo para fora, como para dentro. Na Europa em guerra

⁶⁵ “Lição oportuna!”, editorial de *República*, 22.10.1914; transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 147-153; cfr. p. 148 e 151.

⁶⁶ *República*, 1.11.1914, transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 157-164.

comparava a organização militar da França, “muito aquém do que devia ser”, com a “engrenagem guerreira” da Alemanha. Em Portugal olhava amargamente para a sua situação: “Na sociedade portuguesa lavra uma grande indisciplina seja qual for o aspecto por que ela se encare”⁶⁷.

O artigo é, como dissemos, sobretudo, sobre a censura prévia e os vícios das sociedades latinas. Porém, se deixa uma mensagem de esperança relativamente à França — “sacudida pelos primeiros abalos do vendaval que lhe traria a destruição irremediável”, a França ergueu-se através da acção de Joffre, “supremo guia e supremo chefe”, prevendo-se assim que “a Alemanha será vencida” — deixa também subentendida uma ideia de unidade necessária em Portugal. Surge, cada vez mais claramente, no seu pensamento, a ideia de uma “união” dos partidos, o que só virá a suceder mais tarde.

Em 5 de Novembro de 1914, de novo em editorial do *República*, regista que nesse dia seguia para a África Ocidental uma expedição da Marinha portuguesa⁶⁸. O nacionalismo releva-se nas suas palavras, afirmando princípios de paz que sempre dizia defender, apesar de se ver forçado também a optar pela luta armada que nos era imposta. Deste modo, falava desses “valentes marinheiros” (comandados pelo capitão-tenente Alberto Coriolano da Costa, esclarecemos nós) que — no seu dizer — iam “manter, conjuntamente com o prestígio da nossa bandeira, a legítima posse do nosso património”, desses “mensageiros da legalidade e da ordem” que não iam “conquistar” nada, “fazer mão baixa no que pertence aos outros”, mas que “entrarão certamente em combate para defenderem os princípios da paz”, para “garantirem pelas armas, sendo preciso, a manutenção daquilo que nos pertence”.

Ficava também bem claro neste artigo o tipo de “ódio” que nutria pela Alemanha, correspondendo ao “ódio” de destruição e sem ética que nela via, em contraste com o “ódio” de defesa de princípios, que perscrutava nos aliados. Os seus sentimentos fluem, de resto, ao sabor da revolta, que, por exemplo, encontra nas palavras do escritor belga Maurice Maeterlink, mas que tomam um brilho diferente quando destaca a “atitude nobre” e “pacífica” do seu país. São palavras dramáticas e duras que revelam

⁶⁷ Artigo cit. in ob. e vol. cit., p. 163.

⁶⁸ “Boa sorte!”, editorial do jornal *República*, 5.11.1914; transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 164-169.

a visão trágica desse tempo de violência, no qual, todavia, segundo sentia, se destacava o nosso “pacifismo” (de guerra defensiva) e o nacionalismo, que será a ideia forte, sempre afirmada oficialmente, no que respeita à nossa participação na Primeira Guerra:

Os homens atingiram uma espécie de loucura macabra, feita de raivas estridentes e de ódios enfiados em que a palavra *matal* é quase uma ternura; em que a palavra roubo é uma banalidade corrente; e em que a palavra incêndio é uma espécie de idílio sem um único laivo de violência ou de crime. Os homens mais sisudos e mais calmos perderam o sangue-frio e só pensam em destruir, aniquilar, avassalar e matar.

É claro que há diferença. O ódio nuns é o ódio surdo, tortuoso e vilão, de quem tem a tendência para o mal e na sua prática se compraz e regozija. É o ódio que têm os alemães [...]. É o ódio subalterno, espumante de cólera e paixão ruim que, partindo da ambição desmedida e cruel, desfecha no nihilismo de todos os respeitos humanos. É o ódio de chacal, alvar e sinistro, tendo no desencadear das suas paixões a revivescência brutal dos instintos mais primitivos do homem.

O ódio nos outros é uma coisa espiritualizada, produto obrigatório da justiça ferida e do direito ultrajado, consequência inevitável dos altos sentimentos humanos espezinhados, represália quase sagrada, quase bendita que, violenta como a tempestade, também tem, corno ela, as suas vantagens e virtudes.

Do choque destes dois ódios, do encontro terrível destas duas forças resulta um estado de alma furibundo, que se pode sintetizar numa única palavra: aniquilamento.

As nações da Europa batem-se num duelo de morte em que cada uma compra a vida pela única moeda que tem curso corrente: a morte dos adversários.

Pois neste verdadeiro pandemónio surge uma nota humana, de súbita beleza, parecendo moldar-se pelos exemplares do patriotismo clássico e parecendo revestir já um pouco a forma da única espécie de virtude guerreira que a hora alta da civilização que decorre devia permitir.

Essa nota é dada pela ida à província de Angola da nossa expedição de marinha, composta de homens que o destino fez herdeiros de uma grande glória e portadores inflexíveis de uma nobilíssima missão.

No escachoar de rancores que põem em tumulto os campos de batalha, esses homens simbolizam uma atitude nobre, e, poderei dizer, pacífica, que contrasta com a violência canibalesca dos teutões ou com a fleuma enraivecida dos aliados⁶⁹.

⁶⁹ *Artigo cit. in ob. e vol. cit.*, pp. 166-168.

Em 7 de Novembro, surge novo editorial no jornal *A República*, com o título significativo “Em plena carnificina”⁷⁰. Sobretudo ainda mais de tom o antigermanismo, como cresce a simpatia pelos aliados, neste caso simbolizada sobretudo no exemplo que apresenta do presidente francês Poincaré e do rei da Bélgica, “essa nobre e melancólica figura de cidadão e soldado que parece envolta nas fimbrias daquela lenda que o sentimentalismo gaulês criou em volta de Joana d’Arc” (como romanticamente o caracteriza). Nesta frase, curta mas incisiva, com que termina o artigo, pode sintetizar-se a distinção que António José de Almeida faz entre o espírito de guerra, respectivamente, dos aliados e dos alemães: “Da banda de cá mata-se por necessidade. Da banda de lá assassina-se por gosto”⁷¹.

Em 23 de Novembro, será a vez da sua intervenção no próprio *forum* parlamentar⁷². O governo levou ao Congresso extraordinário, reunido nesse dia, um texto que, depois de sumariar as posições assumidas desde 8 de Agosto, propunha a seguinte lei: “É o poder executivo autorizado a intervir militarmente na actual luta armada internacional, quando e como julgue necessário aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e aliada da Inglaterra, tomando, para esse fim, as providências necessárias que as circunstâncias de momento reclamem”.

Em nome do Partido Evolucionista, António José de Almeida proferiu um discurso que haveria de se tornar “histórico”, pois uma passagem dele — propositadamente, por razões diplomáticas, não transcrita no sumário oficial da sessão, mas sim no jornal *República* — foi aproveitada pelo Governo Imperial alemão para a sua declaração de guerra a Portugal, datada de 9 de Março de 1916. A atitude do partido de que era líder traduzia-se, como se poderia calcular, numa posição de absoluta e rotunda clareza. António José e o seu agrupamento político apoiavam a entrada de Portugal na guerra.

A par desta posição decidida, António José de Almeida refere-se criticamente à situação de Portugal. Apesar do seu indeclinável republicanismo, nunca deixou de

⁷⁰ “Em plena carnificina”, *República*, 7.11.1914; transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 171-175.

⁷¹ *Artigo cit. in ob. e vol. cit.*, p. 175.

⁷² Discurso proferido no Congresso, em 23 de Novembro de 1914; transcrição da versão do jornal *República* in QAVLP, vol. III, pp. 177-182.

criticar a situação da República, crítica essa que era afinal uma das razões da sua defesa acendrada da união dos republicanos em volta de ideais idênticos: “país desmantelado com as arcas vazias, e, o que é pior, coberto de dívidas, com a nossa indústria atrofiada e a nossa agricultura numa situação difícil”, “país com exército diminuto e apenas sofrivelmente armado e equipado”, “depauperado e exausto por uns poucos de anos de deboche constitucional”...⁷³

Mas, apesar dessa situação crítica, António José —talvez também pensando (sem nunca o dizer, o que contradiria o seu afirmado pacifismo, mas com base na sabedoria clássica, revivificada nessa época) que a guerra era também factor de progresso, de agregação de forças e de exaltação de ideais nacionais — advogava, como vimos, a entrada de Portugal na guerra, justificando a sua posição, por agora (outras motivações, já subentendidas, serão apresentadas *a posteriori*), quase tão-só na vontade da Inglaterra: “uma vez que a Inglaterra pede o nosso auxílio, só nos cumpre correr a dar-lho, espontaneamente e de boa vontade, porque a lealdade para com essa grande aliada, além de ser timbre do nosso ânimo, é segurança dos nossos interesses”⁷⁴. Como estavam longe os anos do *Ultimatum*, em que o jovem estudante de Coimbra fustigara a Grã-Bretanha!

Agora, conforme percebemos pela dureza das suas palavras, era a vez da Alemanha ser atacada, uma Alemanha considerada “despótica” e “bárbara”, comandada por um Imperador “criminoso”, em oposição ao “direito” e à “justiça”, representada pelos aliados. Foi este afinal o discurso — tão idêntico àquelas palavras proferidas anos atrás contra o próprio rei português — que originou a referência de protesto na declaração de guerra germânica:

Esta guerra é a contenda sangrenta e à *outrance* do despotismo e do direito, da barbárie e da Justiça. Desencadeada por um criminoso vulgar a quem o destino pôs na cabeça uma coroa de imperador, ela tem sido conjuntamente uma guerra de traição, de espionagem, de cobardia e de crueldade. Atraiçoearam-se os tratados, que a chancela alemã rubricava, galgando por cima da pacífica Bélgica; espionou-se dolorosamente em todos os recantos do mundo a boa fé dos povos livres para os assaltar no momento em que eles estavam dormindo, convencidos da lealdade alheia; cobardemente se agrediram povos fadados para

⁷³ *Idem*, p. 178.

⁷⁴ *Idem*, p. 180.

os mais amplos destinos, praticando nas suas gentes atentados sangrentos que repugnam à consciência dos homens; cruelmente se maltratam criaturas indefesas protegidas pelos mais altos princípios da civilização do nosso tempo e de maneira tão bárbara e selvagem que os próprios sábios militarizados da Alemanha não tiveram pejo em sancionar implicitamente essas infâmias cobardes, dizendo-se possuidores, contra certos povos, de um *ódio elementar*⁷⁵.

E dirá ainda do imperador germânico, não deixando de explorar um certo ar de triunfalismo à portuguesa:

O Imperador da Alemanha, há anos, quando ainda não se tinha manifestado o malfeitor repugnante de agora, disse que admirava o nosso exército, e, em prova disso, colocou no peito de um soldado português as insígnias de uma condecoração guerreira. Então admirava-o. Não tardará muito que o tema também⁷⁶.

As ditaduras vão surgir no contexto da República, para tentar resolver os problemas internos, mas também os problemas derivados da guerra. É nessas perspectivas que António José de Almeida e, na generalidade evolucionistas e unionistas, acabam por aceitar o governo de Pimenta de Castro.

São conhecidas as ideias do partido evolucionista, ainda há pouco manifestadas por quem escreve estas linhas, a respeito da funesta acção que ele atribui às ditaduras militares, por mais bem intencionadas que sejam.

Também é conhecida a tática política, que o mesmo partido adoptou desde os começos de Agosto passado, quando se apercebeu dos primeiros rolos de fumo saídos do incêndio que a ambição de alguns homens ateou entre as nações. Desde então o partido evolucionista, que vê a Pátria acima de tudo, moderou os seus processos de ataque, coibiu-se de muita represália justa, e lançou para o esquecimento muito desforço que tinha direito a tomar. E, coerentemente, ainda não alterou esta conduta que lhe foi determinada pelo seu amor à República e à Pátria de que faz parte. Continuará na mesma ordem de ideias, quer tenha de apoiar, quer tenha de combater.

O sr. general Pimenta de Castro disse há dias a um jornalista que o seu programa era simples: pegar na lei e andar para diante. Ótimo. Somente a lei é bordão tantas vezes flexível que dá amparo por caminhos de diferente trilho. Aquele programa, pois, carece de ser completado com a segurança de se marchar pela ampla estrada do Direito, caminhando decisivamente para a Justiça.

⁷⁵ *Idem*, p. 179.

⁷⁶ *Idem*, p. 182.

Nessa marcha conte o sr. Pimenta de Castro connosco para lhe dar apoio. Se s. ex.^a se-guisse outra orientação, também nos encontraria mas para o combater. Esperamos, confiados, em que se dará a primeira hipótese.⁷⁷

Todavia, a queda de Pimenta de Castro e, naturalmente, do presidente Arriaga, no golpe sanguinário do “14 de Maio” (de 1915), vai ser assumido por António José de Almeida:

Só me cumpre afirmar agora, como palavra de fé e palavra de esperança, que o Partido Evolucionista, contristado por situações que não criou, e não tendo que se arrepender da atitude que assumiu, mantendo-se sozinho e não precisando de ninguém que o ampare nesta hora de derrota, se não esgotará na contemplação dolorosa do que passou, antes, retomando a vida e o trabalho, continuará na esgotante mas grandiosa tarefa de dar solidez e moralidade a esta República e ordem e paz a esta sociedade, o que equivale a promover a grandeza da Pátria.

Pelo que pessoalmente me respeita, menos é ainda o que tenho a dizer.

São grandes as responsabilidades que me cabem, porque um voto de plena confiança do meu partido me impedia de as partilhar com alguém, ainda que eu fosse susceptível de semelhante fraqueza.

Altivamente as assumo, certo de que em qualquer caso nada ficarei devendo.

Se errei, ofereço à República, em paga do meu erro, toda uma vida de sacrifícios, de duros trabalhos, de quase incontáveis canseiras. Devo ficar quite.

Se não errei, — e creio bem que não! — desde já me dispenso de juntar a amargura das horas ultimamente vividas, às vicissitudes passadas, para merecer a estima e o respeito dos meus concidadãos⁷⁸.

Só o ministério da “União Sagrada” porá fim por pouco tempo à separação partidária. Apenas por pouco mais de um ano (de 15 de Março de 1916 a 25 de Abril de 1917).

⁷⁷ *Idem*, pp. 190-191.

⁷⁸ *Idem*, pp. 214-215.

Ao contrário das simpatias que nutria pelo velho Manuel de Arriaga, que o defendera na barra do tribunal, e da estima que mostrava ter pelo velho general Pimenta de Castro, já não se sente minimamente atraído para a aventura presidencialista sidonista, mesmo que ela possa ser considerada — como a anterior ditadura — uma hipótese de salvar a República das guerras constantes. Seja como for, para o tribuno popular que era António José, a ditadura de Pimenta de Castro era uma ditadura de transição, que aceitara como terapêutica forçada, ao passo que a ditadura de Sidónio lhe parecia um “outro regime”, ao qual jamais poderia dar apoio. O populismo de Sidónio era, de resto, bem diferente da militância popular de António José.

Eventualmente, depois de passar por algumas hesitações quanto ao apoio a conceder a Sidónio⁷⁹, a posição de António José de Almeida, como se disse manifestada em editorial do jornal *República*, de 9 de Março de 1918 (quando ocorria a remodelação ministerial), é inequívoca: “a *República Nova* do sr. Sidónio Pais” era um “afadigado, incerto e nevrótico consulado”, onde imperava “a vontade de um homem, tão pessoal e tão autoritário que supomos estar em frente de um rei absoluto”. E a sua posição de ataque é essencialmente pautada pelo desejo de justiça, que sempre inspira o seu discurso. Luta fundamentalmente pelos direitos do homem, pelos direitos dos presos políticos: “republicanos que estão metidos nos cárceres há três precisos meses”! Mais concretamente, procura defender o seu adversário de há muito, Afonso Costa, com estas palavras bem significativas:

Em Elvas, há precisamente três meses, está encarcerado Afonso Costa. Refiro-me a ele em especial, não porque a sua liberdade valha para mim mais do que a dos outros presos políticos, mas porque contra o chefe do partido democrático se tomaram medidas mais despoticamente severas.

Sobre ele recaíam as acusações mais graves; era ele o alvo dos ódios mais acesos; dizia-se, sob a protecção das autoridades e com aplauso delas, que a República destes sete anos tinha sido um regime de atentados e crimes e fazia-se de Afonso Costa o símbolo vivo desses atentados e crimes. Mais uma razão, portanto, para lhe não taparem a boca, deixando-lhe a liberdade de amplamente se defender.

Vem de longe esta lei moral — que ao acusado se não tolha a defesa, que parece ser um atributo sagrado conferido ao homem pelos primeiros rudimentos da civilização.

⁷⁹ A crermos no testemunho de Rocha Martins (cfr. *Arquivo Nacional*, 29.12.1933).

Todavia Afonso Gosta está metido no seu *in-pace*, onde não chegam os rumores da vida social que o cerca. Ele, é mais do que um proscrito dentro da própria pátria; é uma espécie de morto dentro da própria vida. Têm-lhe atirado para cima as acusações mais sangrentas e os epítetos mais degradantes. Ondas de lama têm rolado sobre ele, cobrindo de podridão e de esterco a sua vida de homem público. Mas ele não pode falar. Se ao seu cárcere tem chegado, alguma vez, a notícia dessas torpes acusações à sua honra, ele tem curtido o desespero de não lhes poder responder. Não foi bastante tirarem-lhe o direito à liberdade; também lhe tiram o direito à vida moral, — o que de mais respeitável há no homem. Deixaram-lhe, é certo, a vida física, mas somos obrigados a concluir que por favor.

Quando os ataques são mais insidiosos ou mais abjectos, a sua digna esposa vem à imprensa dar esclarecimentos, mas percebe-se que o faz preocupada, entre o dever de defender a honra do marido e o receio de lhe agravar ainda mais a situação de presidiário.

Até quando estará ele assim? Quem o sabe...⁸⁰

Nestas diatribes podemos compreender todo o sentido da crítica ao Sidonismo. No seu dizer, essa “República Nova” tinha sido “bem extravagante”. Acima de tudo, mais do que o regime em si, na sua perspectiva de organização política, o que critica é, pois, o modo de governar e o modo como governava Sidónio Pais: “É isto maneira de governar? Não. Isto é só maneira de tudo subverter”⁸¹.

Na sequência da vitória democrática em 30 de Junho de 1919, tomará posse um governo presidido pelo Coronel Alfredo Ernesto de Sá Cardoso. Afonso Costa, no exílio dourado de Paris, de onde praticamente não voltará até à sua morte, em 1937, será ali um rico advogado, participará na Conferência de Paz e presidirá à quarta comissão da Liga das Nações. Queixar-se-á mais tarde, na sua entrevista de 1934 ao jornalista brasileiro José Jobim, que o PRP não mais quis contar com a sua participação política, bem como de outros militantes republicanos⁸². Nesse dia 30, no parlamento, António José de Almeida tomará a palavra. Será a sua última importante intervenção como deputado⁸³.

⁸⁰ *Idem*, pp. 252-253.

⁸¹ *Idem*, p. 257.

⁸² Cfr. *A verdade sobre Salazar*. Prefácio de Danton Jobim. Rio de Janeiro, Calvino Filho Editor, 1934, pp. 28-35 e 108 ss.

⁸³ Discurso relativo ao processo de formação do novo governo, in *Diário da Câmara de Deputados*, 30.6.1919; transcrito in QAVLP, vol. III, pp. 279-289.

Manifesta consciência de que o seu partido, com a União Sagrada, quase se havia “desagregado”. A ligação ao Partido Democrático não fora pacífica e originara, efectivamente, a saída de alguns evolucionistas do seu partido: “vi — afirmava com angústia António José de Almeida — companheiros meus, alguns até amigos de infância, indo para outro lado por motivo da União Sagrada”⁸⁴. Mas, como sempre, procura afirmar o seu optimismo, não só relativamente ao seu partido — “um partido, que, embora pequeno, tem sempre a alma grande, da grandeza necessária para poder receber a aspiração da nossa Pátria!” — , como também no que concerne às vantagens para o país da referida União, a qual teria sido afinal a causa de termos perdido o nosso isolamento, de termos mantido “as colónias intactas”, embora se pudesse dizer que não havíamos conseguido da nossa posição de vencedores “os resultados que deveríamos tirar”⁸⁵.

Nesta perspectiva, António José lamenta que só afinal a guerra tivesse conseguido realizar a referida União e que a paz tivesse vindo terminar com essa miragem de unidade, que parecia ser, pelo menos em determinados momentos, um dos seus objectivos políticos. Mas não sucedera isso. Se a União Sagrada se decompusera, em Abril de 1917, com a afirmação da força democrática e com o aproximar da paz, também nesse ano de 1919, em Junho, depois de acalmada a tormenta interna, não fora possível, como teria sido desejável, a recomposição da União.

Desta forma, explicava, dirigindo-se especialmente ao coronel Sá Cardoso, que não poderia apoiar o governo democrático, embora mantivesse os seus compromissos republicanos e patrióticos. É bem o tom do discurso de António José de Almeida e, por isso e pelo seu significado no quadro da sua vida política, não poderíamos deixar de transcrever algumas das suas palavras:

Está portanto um ministério partidário no Poder; tem a sua maioria, maioria avantajada, maioria muito sua; tem o seu programa, tem um programa de partido, ratificado e rectificado, como disse o ilustre *leader* da maioria, o Sr. Álvaro de Castro. Tem este Governo elementos próprios para governar: caminhe, governe, marche.

Mas qual será a atitude do Partido Evolucionista? É simples e clara.

⁸⁴ *Discurso in ob. e vol. cits.*, p. 287.

⁸⁵ *Idem*, pp. 287-288.

Nós não podemos dar apoio ao Governo, porque somos o Partido Evolucionista; não somos o Partido Democrático. E que situação seria essa para o Governo, se nós fôssemos dar apoio a quem não precisa dele, a quem tem maioria para o apoiar?

A nossa atitude é de fiscalizadores; a nossa acção é de fiscalização, que tem de ser contínua, incessante, sucessiva, fiscalização de competência, umas vezes severa e ríspida, outras suave e facilitando a acção do Governo naquilo em que deve ser favorecido. Mas, única e simplesmente, fiscalização ou oposição que será leal, que será honesta, que será sincera, com sinceridade republicana (...). Será, como fiscalização, uma oposição que muitas vezes os apoiará, e conforme a gravidade dos erros que V. Ex.^{as} praticarem, assim nós faremos as nossas observações e censuras. Eu creio que é esta a situação que V. Ex.^a desejaria; é esta a que convém e que prestigia o Parlamento.

Mas então, perguntará V. Ex.^a: é uma fiscalização constante, incessante, permanente, que fica sendo por assim dizer um guarda fiscal de todos os actos e palavras do Ministério, e que pode mais tarde transformar-se em obstrucionismo? Nada disso. É preciso sabê-lo. Nós somos homens duma só cara e duma só fé. Aquilo que um dia dizemos, cumprimos⁸⁶.

Mas, António José de Almeida não será, pois, como dissemos, por muito tempo mais, líder da bancada evolucionista. Em breve será eleito presidente da República e tentará agregar as vontades nacionais. Procurará ser — como hoje é corrente dizer-se — “o Presidente de todos os portugueses”, o que em parte conseguirá. Mas foi a União Sagrada que possibilitou essa situação.

A concluir

Como presidente da República termina a actividade jornalística de António José de Almeida. Resta apenas o respeito para com o significado da Imprensa, conforme vimos.

O último artigo por ele publicado no próprio *Diário de Lisboa* em 15 de Junho de 1929 — certamente a sua última colaboração num periódico — não é, na verdade, tanto um texto de intervenção, mas uma homenagem póstuma a um escritor e jornalista muito considerado, João da Rocha⁸⁷, que havia sido seu secretário parti-

⁸⁶ *Idem*, pp. 281-282.

⁸⁷ “João da Rocha”, in *Diário de Lisboa*, 15.6.1929.

cular durante a Presidência da República e em homenagem ao qual, nesse mesmo ano de 1929, seria publicado um *In memoriam*⁸⁸.

Serão, porém, os jornais a fazer construir a sua memória desde os mais oficiais, como o *Diário de Notícias*, aos mais radicais, como *O Povo*. Mas será em reuniões no *Diário de Notícias* que irá surgir a ideia da estátua em sua honra. A primeira reunião efectuar-se-á poucos dias depois da sua morte e do seu funeral. Da reunião saiu a decisão de que se realizaria uma grande sessão na Sociedade de Geografia, que seria presidida pelo almirante Gago Coutinho, pelo que se nomeou uma comissão organizadora, constituída pelo almirante Aires de Sousa, pelo general Roberto Baptista, pelo arquitecto Alexandre Soares, pelo escultor Costa Mota (tio) e por Simões Raposo, Ribeiro de Carvalho e Eduardo Schwalbach. Em 31 de Outubro de 1937 será inaugurada em Lisboa a estátua de António José de Almeida.

Entretanto, o jornal *República* havia terminado em 1927, depois de ter sido dirigido, por altura da eleição de António José de Almeida para Presidente da República, por António Granjo, Ribeiro de Carvalho, Alberto Xavier. Em 1930 surgirá a II série dirigida por Ribeiro de Carvalho, e, depois, sucessivamente, por Carvalhão Duarte e por Raul Rego. Será um dos poucos jornais nacionais de oposição ao sistema salazarista.

⁸⁸ *João da Rocha – In memoriam*. Porto, 1929. Para além de António José de Almeida, a obra contava, entre outros, com textos dos seguintes autores, alguns já então falecidos: Henrique Lopes de Mendonça, Antero de Figueiredo, Raul Brandão, Afonso Lopes Vieira, Júlio Dantas, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro. Era ilustrado por vários artistas como, por exemplo, António Carneiro.



eBOOK

Série Documentos

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2011

